



RELATÓRIO E CONTAS

Exercício de 2018



PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO

Índice

ÓRGÃOS SOCIAIS	5
RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	7
1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	11
1.1. Economia Mundial	11
1.2. Economia Portuguesa	12
2. O MERCADO SEGURADOR	13
3. FACTOS RELEVANTES EM 2018	14
4. A ATIVIDADE DA N SEGUROS	16
4.1. Prémios de seguro direto	16
4.2. Prémios Adquiridos	16
4.3. Apólices e Clientes	16
4.4. Quota de Mercado.....	17
4.5. Custos com Sinistros de Seguro Direto.....	17
4.6. Resseguro	18
4.7. Resultado Operacional	19
4.8. Atividade Financeira	19
4.9. Custos por Natureza.....	20
4.10. Provisões Técnicas	20
4.11. Garantias Financeiras Rácio de Solvência.....	21
4.12. Resultado Antes de Imposto e Resultado Líquido	21
4.13. Proposta de Aplicação de Resultados.....	21
4.14. Principais Projetos Desenvolvidos em 2018	21
4.14.1. Novo Sistema Integrado de Gestão de Seguros (Programa Viriato)	21
4.14.2. Regulamento Geral Sobre Proteção de dados	21
4.14.3. Gestão de Riscos - Solvência II	22
4.15. Recursos Humanos	22
5. PERSPETIVAS 2019	23
6. DÍVIDAS À SEGURANÇA SOCIAL	23
7. OBJETIVOS E POLÍTICAS DA COMPANHIA EM MATÉRIA DE GESTÃO DOS RISCOS FINANCEIROS	23
8. AÇÕES DOS MEMBROS DOS ORGÃOS SOCIAIS	24
9. PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS	24
10. CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	27
NOTAS ANEXAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	35
CERTIFICAÇÕES	107

PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO

ÓRGÃOS SOCIAIS

Assembleia Geral

Presidente	Vitor José Melícias Lopes
Secretário	Carla Fernanda dos Santos Cadilhe

Conselho de Administração

Presidente	Fernando Dias Nogueira
Administrador	António Paulo da Silva Gonçalves Raimundo
Administrador	Paulo José Martins Jorge da Silva

Conselho Fiscal

Presidente	José Augusto Perestrello Alarcão Troni
Vogal	António Pedro de Sá Alves Sameiro
Vogal	Armindo Marques Matias
Vogal Suplente	Manuel Quelhas Gomes

Revisor Oficial de Contas

KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.

Representada por Inês Maria Bastos Viegas Clare Neves

Suplente: Sílvia Cristina de Sá Velho Correia da Silva Gomes

Comissão de Remunerações

Vitor José Melícias Lopes
Virgílio Manuel Boavista Lima
Eduardo José da Silva Farinha

PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Exercício de 2018

PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO

O Conselho de Administração da N Seguros, S.A., nos termos da Lei e do Contrato de Sociedade, apresenta o Relatório e Contas relativo ao exercício de 2018.

PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO

1. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

1.1. Economia Mundial

A economia mundial em 2018 deverá atingir um crescimento de 3,7%, de acordo com as estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI), embora tenham sido registados desempenhos menos robustos em algumas regiões como a Europa e Ásia.

No que diz respeito aos EUA, o crescimento deverá atingir os 2,9% em 2018, suportado pelo efeito dos estímulos fiscais e pela robustez da procura doméstica. Para o ano de 2019 estima-se um crescimento do PIB de 2,5% (segundo a média dos analistas da Bloomberg), abaixo do valor atualmente previsto para o fecho do ano de 2018. Este crescimento continuará a ser suportado pelo consumo privado, que se estima cresça 2,6%, enquanto os gastos públicos deverão registar um aumento de 2,1%. No mesmo sentido, também se prevê que o investimento privado continue a evoluir favoravelmente, esperando-se uma variação de 4,5%. Refira-se que o impacto positivo dos estímulos fiscais introduzidos pela administração Trump deverá ser menos material em 2019.

Na Zona Euro, em 2018, o crescimento económico deverá atingir 1,8%, segundo o FMI, penalizado essencialmente pelo abrandamento da economia alemã. Os níveis de consumo, quer público quer privado, deverão manter o seu ritmo de crescimento modesto, alcançando 1,3% e 1,6%, respetivamente. O mercado laboral deverá prosseguir o seu caminho de ajustamento, sobretudo em França, Espanha e Itália, dado que na Alemanha já se encontra a níveis de pleno emprego. Apesar deste movimento de recuperação, não se perspetivam no curto prazo impactos significativos ao nível do crescimento dos salários, o que impede avanços mais expressivos da inflação.

Na Europa, os mercados acionistas encerraram o ano de 2018 com valorizações negativas e um aumento de volatilidade, especialmente no último trimestre do ano. Os índices acionistas norte-americanos terminaram o ano de 2018 em terreno negativo, com exceção do Nasdaq 100 que beneficiou das valorizações significativas do sector tecnológico.

Região	Índice	Var. 2018
EUA	S&P 500	-6,24%
	Nasdaq 100	1,04%
	Dow Jones Industrial	-5,63%
Europa	DAX (Alemanha)	-18,26%
	CAC 40 (França)	-10,95%
	IBEX 35 (Espanha)	-14,97%
	PSI 20 (Portugal)	-12,19%
	FTSE MIB (Itália)	-16,15%
Ásia	FTSE 100 (Reino Unido)	-12,48%
	Nikkei 225 (Japão)	-12,08%
	Shangai SE Composite (China)	-24,59%

Fonte: Bloomberg

1.2. Economia Portuguesa

Em Portugal, o ano de 2018 deverá registar um aumento do Produto Interno Bruto (PIB) de 2,1%, mantendo-se uma expectativa de recuperação do crescimento económico, embora evidenciando uma desaceleração face a 2017. Esta tendência continuará, segundo o Banco de Portugal, durante os próximos anos, podendo atingir 1,7% em 2020.

	2017	2018P	2019P	2020P
Produto Interno Bruto	2,80%	2,10%	1,80%	1,70%
Consumo Privado	2,30%	2,30%	2,00%	1,80%
Consumo Público	0,20%	0,70%	0,10%	0,00%
Formação Bruta de Capital Fixo	9,20%	3,90%	6,60%	5,90%
Importações	8,10%	4,10%	4,70%	4,90%
Exportações	7,80%	3,60%	3,70%	4,00%

Fonte: Banco de Portugal; tva, em %

O consumo privado deverá atingir, em 2018, um crescimento de 2,3%, dando assim continuidade ao crescimento registado em 2017. No entanto, segundo o Banco de Portugal, no seu Boletim de Projeções para a economia portuguesa: 2018-2021, este ritmo deverá abrandar já a partir de 2019.

O consumo público deverá aumentar ligeiramente em 2018, segundo as projeções do Banco de Portugal, como consequência do aumento de funcionários públicos e do aumento pontual no consumo intermédio de despesas relacionadas com os incêndios de 2017. A partir de 2019, deverá haver lugar a uma inversão desta tendência, decorrente de uma estabilização na contratação pública.

A formação bruta de capital fixo deverá registar uma desaceleração em 2018, alcançando um crescimento de 3,9%, refletindo, essencialmente, um abrandamento no segmento de construção face a 2017.

As exportações deverão registar um abrandamento face a 2017, em linha com a tendência europeia, como consequência da desaceleração do crescimento global e do aumento das tensões comerciais a nível internacional.

O mercado de trabalho deverá continuar a registar uma evolução favorável, com a taxa de desemprego a evoluir dos 8,9% em 2017 para 7%, em 2018. O Banco de Portugal prevê que o mercado de trabalho continue a apresentar uma tendência de recuperação, com uma taxa de desemprego de 6,2% e 5,5%, em 2019 e 2020, respetivamente.

2. O MERCADO SEGURADOR

De acordo com os dados provisórios disponibilizados pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), as contas do setor segurador em 2018 registaram um incremento do resultado líquido global de 38,9%, face ao período homólogo, atingindo os 486 milhões de euros.

Relativamente ao volume de produção de seguro direto, o Mercado Segurador Português, apresentou um crescimento de 12,6%, consolidando-se a tendência de crescimento do ano anterior (2017 :4,8%), ascendendo a um montante de 12 mil milhões de euros.



Fonte: Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

Este aumento do volume de produção foi muito influenciado pelo comportamento do segmento Vida, que cresceu 15,9% face a 2017. Neste segmento a receita atingiu os 7,7 mil milhões de euros, representando 63,7% do total da produção (2017:61,9%).

Os seguros de Vida não ligados destacaram-se em 2018, com um incremento de 31,4%, em detrimento dos seguros de Vida ligados, que registaram um decréscimo de 18%. Os planos de poupança reforma (PPR) representaram 45% na estrutura da carteira Vida, o que reflete a atratividade destes produtos no atual contexto de baixas taxas de juro.

O segmento Não Vida apresentou umaumento de produção de 7,3%, com o volume de prémios a atingir os 4,4 mil milhões de euros, mantendo-se a tendência de crescimento dos últimos anos.

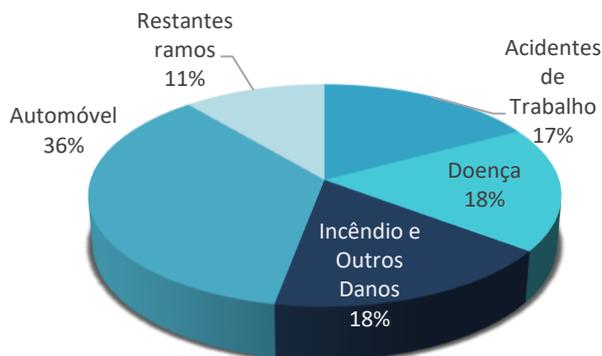
A modalidade Acidentes de Trabalho atingiu os 750 milhões de euros, tendo-se evidenciado em 2018 com um crescimento de 13,5% e com um peso de 17,2% (2017:16,2%), em linha com os ajustamentos que se registaram no setor nos últimos anos e o aumento da massa salarial segurável.

A modalidade Doença, apesar do ligeiro abrandamento, continuou a crescer, com um incremento de 9,2%, representando 18,1% do mercado, com um volume de prémios de 791 milhões de euros.

O ramo Automóvel mantém um peso muito relevante no mercado nacional. Em 2018 representava 35,9% do total da produção Não Vida. Esta linha de negócio apresentou um crescimento de 6,2%, tendo globalmente atingido 1,6 mil milhões de euros.

Relativamente ao ramo Incêndio e Outros Danos, este apresentou uma evolução de 5,3%, superior em 2,8 p.p. face a 2017, com maior incidência ao nível dos seguros multiriscos.

Composição Prémios Não Vida 2018



Composição Prémios Vida 2018



Fonte: Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões

3. FACTOS RELEVANTES EM 2018

A N Seguros, durante o ano de 2018, deu continuidade ao seu plano estratégico, tendo atingido um crescimento sustentado, através de uma seleção de risco rigorosa e prudente, suportado num modelo organizacional que valoriza a eficiência operacional e um serviço de qualidade.

Este ano, a dinâmica comercial permitiu um crescimento de 5,6% dos Prémios Brutos Emitidos. Este comportamento foi influenciado essencialmente pelo ramo Automóvel que (com um peso de 83,5%) apresentou um crescimento de 6,9%. A modalidade Acidentes Pessoais, o ramo Responsabilidade Civil e a modalidade Assistência também seguiram esta tendência de crescimento, com o aumento de 2,9%, 136,6% e 0,8%, respetivamente.

O número de clientes cresceu 8,1%, atingindo os 62 mil, com as apólices novas a crescer 14,5% e as apólices em vigor 8,6%.

A acompanhar o desempenho favorável da receita, também os Custos com Sinistros apresentaram uma performance positiva, finalizando o ano com uma redução de 2%, sendo mais uma vez o ramo Automóvel a influenciar este comportamento, com uma redução de aproximadamente 189 mil euros (-2,1%). Esta situação, aliada ao crescimento de prémios, teve impactos positivos para o resultado do exercício. A taxa de sinistralidade, com base nos Prémios Adquiridos, situou-se em 75,1%, registando uma redução de 4,2 p.p. face a 2017.

Decorrente da performance referida, com o efeito do aumento dos Custos de Aquisição Diferidos, observou-se uma melhoria significativa do Resultado Operacional, com um aumento de 35,6%, situando-se em 1,7 milhões de euros.

Em relação aos Custos por Natureza, globalmente verificou-se uma redução de 4,4%, face ao período homólogo, tendo sido mais expressivo ao nível dos Custos com Pessoal (-4,8%), Serviços Contratados (-13,8%) e Amortizações (-11,4%). Em sentido contrário, verificou-se um aumento de 6,5%, relativamente a Publicidade e Propaganda, devido ao incremento das campanhas de Marketing para captação de novos clientes.

Os Resultados Financeiros apresentaram um crescimento de 144,6%, face a 2017, situando-se nos 722 mil euros. Para este resultado, teve um impacto muito significativo a realização de mais valias associadas a fundos de investimento.

Desta forma, o Resultado Antes de Imposto, apesar de permanecer negativo, evoluiu de forma bastante favorável, apresentando uma melhoria de 85,8%, situando-se nos -294 mil euros em 2018. Esta recuperação resulta das políticas de seleção de risco, da maior eficiência ao nível dos investimentos, assim como de uma forte dinamização comercial, que permitiu uma evolução no desempenho global da Companhia.

Com efeito, o ano de 2018 foi marcado por alterações significativas à imagem e funcionalidade dos meios digitais, decorrentes de um *Restyling* da Marca, acompanhado pelo lançamento de um novo *website* e de uma nova Área de Cliente.

Estas alterações foram suportadas por um estudo de *customer experience*, onde se analisou a jornada do cliente e se identificaram quais as *Personas* de interesse e, conseqüentemente, para cada uma delas quais as suas características, necessidades e meios a utilizar.

Assim, com uma imagem de marca mais moderna e considerando os conceitos de proximidade, simplicidade e rapidez, tão valorizados pelos clientes, o novo *website* e a nova Área de Cliente apresentam um *Look&Feel* mais atrativo, uma linguagem mais acessível e um conjunto de funcionalidades adicionais, aumentando a autonomia do cliente nas interações com a Companhia.

Nesta linha, de forma a manter a experiência coerente e aumentar a taxa de conversão de venda, também foram revistos os simuladores e os processos de contratação dos principais produtos.

A dinamização do Facebook continuou a ser uma aposta como meio privilegiado de criação da relação com clientes e potenciais clientes.

A entrada em vigor do novo Regime Geral de Proteção de Dados, no dia 25 de maio de 2018, implicou a necessidade de estabelecer novos procedimentos de contacto com os clientes. Neste sentido, foram desenvolvidas diversas ações com vista à obtenção do consentimento dos clientes.

Relativamente ao *Contact Center*, foi desenvolvida uma reestruturação das suas operações tendo em conta os objetivos estratégicos da Companhia em relação à eficiência operacional e a permanente melhoria do nível de serviço ao cliente.

4. A ATIVIDADE DA N SEGUROS

4.1. Prémios de seguro direto

A produção de seguro direto atingiu 12,5 milhões de euros, evidenciando um crescimento de 5,6% (2017:-1,3%). Este crescimento foi muito influenciado pelo comportamento do ramo Automóvel (incluindo as coberturas de Assistência em Viagem e Proteção Jurídica), que tem um peso de 98,4% no total do volume de negócios da Companhia, tendo-se registado um crescimento de 5,5%, face a 2017. Também os ramos Responsabilidade Civil (136,6%) e a modalidade Acidentes Pessoais (2,9%) obtiveram um desempenho positivo. A modalidade Doença apresentou um decréscimo de 18,9%.

(milhares de euros)

Prémio Brutos Emitidos	2018	2017	Var. 18/17
Acidentes e Doença	132	152	-12,7%
Acidentes Pessoais	45	43	2,9%
Doença	88	108	-18,9%
Automóvel	12 272	11 635	5,5%
Responsabilidade Civil	67	28	136,6%
TOTAL	12 471	11 815	5,6%

4.2. Prémios Adquiridos

Em 2018, os Prémios Adquiridos aumentaram 3,5 %, situando-se nos 12 milhões de euros.

(milhares de euros)

Prémios Adquiridos	2018	2017	Var. 18/17
Acidentes e Doença	133	150	-11,2%
Acidentes Pessoais	45	42	7,1%
Doença	89	108	-18,2%
Automóvel	11 817	11 427	3,4%
Responsabilidade Civil	59	21	183,9%
TOTAL	12 010	11 598	3,5%

4.3. Apólices e Clientes

Em 2018, o número de contratos em vigor aumentou 8,6%, tendo-se destacado o ramo Automóvel com um incremento de 9%, que se traduz em mais 6 mil apólices em vigor. A acompanhar esta tendência, o número de apólices novas registou um crescimento de 14,5%, com mais de 4 mil apólices do que 2017, tendo o ramo Automóvel registado mais 5 mil apólices novas neste exercício. Relativamente ao ramo Acidentes e Doença, observou-se o inverso, com o número de apólices em vigor a reduzir-se 23,2% e o número de apólices novas a diminuírem 71,2%, registando-se menos mil apólices, face ao ano anterior.

Durante o exercício de 2018, a N seguros cresceu em número de clientes, mais 4.600 clientes do que no ano anterior.

	2018	2017	Var. 18/17
Nº de Apólices em Vigor	73 733	67 873	8,6%
Automóvel	71 772	65 843	9,0%
Acidentes e Doença	1 299	1 692	-23,2%
Responsabilidade Civil Geral	662	338	95,9%
Nº de Apólices Novas	33 540	29 296	14,5%
Automóvel	32 598	27 509	18,5%
Acidentes e Doença	417	1 446	-71,2%
Responsabilidade Civil Geral	525	341	54,0%
Nº de Clientes	61 629	57 015	8,1%

4.4. Quota de Mercado

De acordo com os dados disponibilizados pela Associação Portuguesa de Seguradores (APS), em 2018 a quota de mercado da N Seguros manteve-se inalterada (0,27%). Ao nível do ramo Automóvel verificou-se um ligeiro aumento de 0,01 p.p. face a 2017, situando-se nos 0,66%.

	2018	2017	Var. 18/17
Quota de Mercado Não Vida	0,27%	0,27%	0,00 p.p.
Quota de Mercado Ramo Automóvel	0,66%	0,65%	0,01 p.p.

4.5. Custos com Sinistros de Seguro Direto

Em 2018, de acordo com os dados divulgados pela APS, a taxa de sinistralidade dos ramos Não Vida situou-se em 66,1%, apresentando menos 2,5 p.p. do que em 2017. O ramo Automóvel registou um acréscimo da taxa de sinistralidade, tendo-se situado nos 67,5% (2017:64,9%), com um crescimento dos custos com sinistros na ordem dos 10,6%.

Relativamente à N Seguros, os Custos com Sinistros globais (sem imputação dos gastos gerais à função sinistros), apresentaram um decréscimo de 2%, atingindo os 9 milhões de euros em 2018, com uma taxa de sinistralidade global de 75,1%.

O ramo Automóvel registou uma redução de 2,1% nos Custos com Sinistros, situando-se nos 8,9 milhões de euros, atingindo uma taxa de sinistralidade de 75,8%, o que se traduz na redução de 4,2 p.p. face ao ano de 2017.

(milhares de euros)

Custos com sinistros de seguro direto	2018	2017	Var. 18/17
Acidentes e Doença	50	54	-6,7%
Acidentes Pessoais	19	11	71,8%
Doença	32	43	-26,4%
Automóvel	8 955	9 144	-2,1%
Responsabilidade Civil	15	2	874,9%
TOTAL	9 020	9 199	-2,0%

Taxa de Sinistralidade	2018	2017	Var. 18/17
Acidentes e Doença	37,8%	36,0%	1,8 p.p.
Acidentes Pessoais	41,6%	25,9%	15,7 p.p.
Doença	35,9%	39,9%	-4,0 p.p.
Automóvel	75,8%	80,0%	-4,2 p.p.
Responsabilidade Civil	25,0%	7,3%	17,7 p.p.
TOTAL	75,1%	79,3%	-4,2 p.p.

4.6. Resseguro

O Resultado do Resseguro Cedido, em 2018, apresentou um saldo de 1.271 milhares de euros, com um acréscimo de 11,1% face a 2017. A maioria dos prémios dizem respeito às garantias contratadas no âmbito de Assistência em Viagem e Proteção Jurídica.

Os correspondentes Custos com Sinistros são suportados, diretamente, pelo ressegurador e ascenderam a um valor de 96 mil euros, a que correspondeu uma redução significativa (43,1%).

O rácio de cedência, sobre Prémios Brutos Emitidos, situou-se nos 11,4% (+0,3 p.p. do que em 2017), com um crescimento de Prémios de Resseguro na ordem dos 8%.

(milhares de euros)

RESSEGURO	2018	2017	Var. 18/17
Prémios	1 416	1 311	8,0%
Provisões para prémios não adquiridos	-49	1	-3378,9%
Custos com Sinistros	96	169	-43,1%
Resultado	1 271	1 144	11,1%

O painel de resseguradores de suporte ao Programa de Resseguro de 2018 (Tratado Automóvel), manteve um nível de *rating* muito elevado:

Ressegurador	Rating
Swiss Re (leader)	AA-
Covea Coopérations	A+
Mapfre Re	A
Münchener Rück	AA-
Nacional Reaseguros	A
Odyssey Re	A-
PartnerRe	A+
R+V Versicherungs	AA-
SCOR	AA-

4.7. Resultado Operacional

O Resultado Operacional, em 2018, situou-se em 1.782 milhares de euros, registando um aumento de 35,6%, face a 2017. Esta variação decorre, essencialmente, da diminuição dos Custos com Sinistros Líquidos de Resseguro (-1,2%) e do aumento dos Prémios Adquiridos Líquidos de Resseguro (+3,5%). O aumento ocorrido ao nível dos Custos de Aquisição Diferidos também contribuiu positivamente para o resultado obtido, com uma variação de 6,2% face a 2017.

(milhares de euros)

Resultado Operacional	2018	2017	Var. 18/17
Prémios Adquiridos Líquidos de Resseguro	10 643	10 285	3,5%
Custos com Sinistros Líquidos de Resseguro	8 924	9 031	-1,2%
Custos de Aquisição Diferidos	63	59	6,2%
TOTAL	1 782	1 314	35,6%

O cálculo do Resultado não inclui a imputação dos gastos gerais

4.8. Atividade Financeira

No final do ano, a carteira de investimentos e de liquidez da N Seguros situou-se em 17.384 milhares de euros, com uma variação 18,7%, face ao período homólogo.

(milhares de euros)

Carteira de Investimentos	2018	%	2017	%
Títulos do Estado	7 390	42,5%	4 535	31,0%
Fundos de Investimento	5 159	29,7%	6 399	43,7%
Obrigações Diversas	4 488	25,8%	3 518	24,0%
Ações	0	0,0%	0	0,0%
Liquidez	347	2,0%	194	1,3%
TOTAL	17 384	100,0%	14 646	100,0%

O aumento no valor total da carteira de investimentos resultou de dois reforços dos Capitais Próprios ocorridos em maio e em dezembro de 2018, por via de Outros Instrumentos de Capital, que totalizaram 4,5 milhões de euros. Observou-se uma alteração da estrutura da Carteira de Investimentos, uma vez que este montante foi investido em Títulos do Estado, passando estes a representar a maior alocação dos investimentos.

4.9. Custos por Natureza

No exercício de 2018, os Custos por Natureza situaram-se em 3.418 milhares de euros, refletindo uma redução de 4,4%, face ao ano anterior. As rubricas que mais evidenciaram esta redução em termos absolutos foram os Custos com Pessoal (-73 mil euros) e os Serviços Contratados (51 mil euros). Considerando a necessidade de reforçar as campanhas de Marketing, os custos relativos a Publicidade e Propaganda registam um crescimento de 6,5%.

	(milhares de euros)		
Custos Por Natureza	2018	2017	Var. 18/17
Custos com Pessoal	1 435	1 508	-4,8%
Conservação e Reparação	4	6	-38,3%
Rendas e Alugueres	243	250	-2,6%
Comunicação	205	203	1,4%
Serviços Contratados	322	374	-13,8%
Despesas de Representação	0	1	0,0%
Seguros	7	9	-23,2%
Publicidade e Propaganda	714	671	6,5%
Reintegrações/Amortizações	145	164	-11,4%
Outros	341	391	-12,8%
TOTAL	3 418	3 577	-4,4%

4.10. Provisões Técnicas

As Provisões Técnicas de seguro direto, em 2018, ascenderam a 12.792 milhares de euros, o que evidencia um aumento de 0,6%. O rácio de provisionamento manteve-se acima dos 100%, situando-se em 102,6%.

	(milhares de euros)		
Provisões técnicas de seguro direto	2018	2017	Var. 18/17
Provisão para prémios não adquiridos	3 511	3 112	12,8%
Provisões para sinistros	9 003	8 743	3,0%
Outras Provisões Técnicas	278	857	-67,6%
TOTAL	12 792	12 712	0,6%
Rácio sobre prémios brutos emitidos	102,6%	107,6%	

4.11. Garantias Financeiras Rácio de Solvência

As responsabilidades da N Seguros encontravam-se no final de 2018 devidamente representadas. Ao nível da Gestão de Capital, a estrutura de capitais elegíveis para cobertura do requisito de capital (SCR), comunicado previamente ao Regulador, permitia um rácio regulamentar de Solvência II acima do Capital Mínimo Aceitável (110% SCR), de acordo com o *target* definido na Política de Apetite ao Risco.

O rácio do SCR será publicado, conforme disposição legal, no âmbito do Relatório sobre a Solvência e Situação Financeira, no mês de abril de 2019.

4.12. Resultado Antes de Imposto e Resultado Líquido

Em 2018, a N Seguros apresentou um Resultado Antes de Impostos negativo de 294 mil euros, o que representa uma melhoria significativa face ao registado em 2017 (-2.062 milhares de euros). O Capital Próprio aumentou 61,5%, devido aos reforços das Prestações Acessórias de Capital ocorridos em maio e dezembro, de 2,5 e 2 milhões de euros, respetivamente.

	2018	2017	Var. 18/17
	(milhares de euros)		
Resultado Antes do Imposto	-294	-2 062	85,8%
Resultado Líquido	-717	-1 656	56,7%
Capitais Próprios	7 937	4 915	61,5%

4.13. Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos da alínea f) do número cinco do artigo 66º do Código das Sociedades, propõe-se que o Resultado Líquido do exercício de 2018, registando um prejuízo no montante de 717.392,95 euros, seja levado na totalidade a Resultados Transitados.

4.14. Principais Projetos Desenvolvidos em 2018

4.14.1. Novo Sistema Integrado de Gestão de Seguros (Programa Viriato)

Em 2018, foi dada continuidade ao desenvolvimento do novo Sistema Integrado de Gestão de Seguros, o qual manteve as suas principais premissas estratégicas, tendo como objetivo responder às necessidades da Companhia, contribuindo, assim, para aumentar os seus níveis de rentabilidade, qualidade e eficiência. Neste contexto, foi desenvolvido o sistema de gestão empresarial SAP S/4 Hana – Gestão de Cobranças.

4.14.2. Regulamento Geral Sobre Proteção de dados

O ano de 2018 foi marcado pela entrada em vigor do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, diploma que veio introduzir um conjunto de novas regras em matéria de tratamento de dados pessoais. Neste âmbito, no seguimento de uma avaliação de *gaps* efetuada no final do ano de 2017 por entidades especializadas, a Companhia levou a cabo um projeto de transformação, implementando diversas

medidas de melhoria que visam alcançar um incremento da qualidade dos processos e procedimentos relacionados com o tema da Proteção de Dados.

4.14.3. Gestão de Riscos - Solvência II

Em 2018, a Companhia prosseguiu a implementação do Plano Diretor para a Gestão Integrada de Riscos, que se encontra alinhado com os objetivos de Solvência II, e que permitirá atingir os objetivos estratégicos da Companhia nestas matérias. Foram desenvolvidas ações de adequação do modelo de governação, com o objetivo de ajustar e adequar a sua Estrutura Organizacional às melhores práticas, no âmbito das Orientações da EIOPA - European Insurance and Occupational Pensions Authority.

Considerando os objetivos estratégicos de gestão do capital, foi deliberado pelo Acionista – Montepio Seguros SGPS, em maio e em dezembro de 2018, o reforço de fundos próprios da N Seguros no montante de 2,5 milhões de euros e 2 milhões de euros, respetivamente. O aumento dos fundos próprios foi realizado através do reforço de 4,5 milhões de euros de Prestações Acessórias sob a forma de Prestações Suplementares de Capital, efetuado pela Montepio Seguros SGPS.

Deste modo, a concretização destas operações permitiu uma melhoria na margem de solvência, colocando a solvabilidade da N Seguros acima do Capital Mínimo Aceitável (110% SCR), de acordo com o *target* definido na Política de Appetite ao Risco.

Foi realizado o exercício de autoavaliação prospetiva dos riscos (ORSA), o que permite à Companhia alinhar os objetivos estratégicos e a gestão operacional, criando as condições para monitorizar as metas do Plano de Negócios que se encontram em vigor, em cada momento. Em simultâneo, permite concluir acerca da adequação do capital da Companhia ao seu perfil de risco, avaliar a sua solidez para o horizonte temporal considerado e uma afetação eficiente do capital.

Relativamente à componente do perfil de risco e do nível de solvência, foi dada continuidade ao reforço da estratégia de *derisking* ao nível da carteira de investimentos, mantendo-se o processo de diversificação com o reinvestimento em classes de ativos de menor requisito de capital. O objetivo é potenciar uma solução otimizada relativamente ao consumo de capital, volatilidade e retorno esperado dos ativos financeiros.

4.15. Recursos Humanos

O quadro de colaboradores da N Seguros, no final de 2018, era composto por 55 colaboradores, com uma redução de 5 colaboradores e 1 admissão. A idade média dos colaboradores fixou-se em 37,2 anos e a antiguidade média na empresa é de 7,1 anos. Na distribuição por género, 70,9% dos colaboradores são do sexo feminino e 29,1% do sexo masculino. No que se refere à composição do efetivo em termos de habilitações académicas, 41,8% dos colaboradores possuem frequência do ensino superior.

Dando continuidade à prática de anos anteriores, a N Seguros privilegiou a formação dos seus colaboradores com o desenvolvimento de ações de formação para 54 elementos, em 25 ações e 116 participações, num total de 761 horas.

No ano de 2018, a N Seguros continuou a disponibilizar aos seus colaboradores um conjunto de serviços regulares médicos e de enfermagem, no âmbito da medicina curativa.

5. PERSPETIVAS 2019

Em 2019, a N Seguros continuará com o enfoque na criação e proteção de valor, através de um crescimento sustentado da receita, a redução da sinistralidade e uma maior eficiência nos gastos operacionais.

A N Seguros, sendo uma Companhia de seguro direto tecnológica, irá continuar a apostar no desenvolvimento e dinamização do novo *site*, de forma a potenciar uma relação cada vez mais próxima com o cliente, aumentando o conhecimento do cliente e fomentando a estratégia da venda cruzada.

Em 2019, existirá uma forte aposta no *Contact Center*, de forma a tornar-se numa cada vez mais importante força de vendas. Neste contexto, serão realizadas diversas campanhas de *outbound*, nomeadamente, campanhas de fidelização e retenção de clientes no ramo Automóvel e ainda campanhas de vendas das modalidades Acidentes Pessoais e Doença.

Apesar da atividade da N Seguros estar centrada no ramo Automóvel e este servir de produto âncora para captação de novos clientes, é objetivo da N Seguros aumentar e diversificar a sua oferta noutros ramos, quer por via do lançamento de novos produtos e coberturas, quer por via da comercialização de novos ramos. Este alargamento tem por objetivo captar novos clientes, aumentar o valor dos prémios por cliente, rentabilizar a carteira e promover um efeito de diversificação de risco, através da realização de ações de captação, *cross-selling* e *up-selling*.

A seleção de risco continua a constituir um fator crítico para a N Seguros, de forma a garantir a captação de clientes com o perfil de risco adequado e que possam contribuir positivamente para a rentabilidade da Companhia. Para além de manter os atuais níveis de rigor, com uma permanente monitorização da qualidade da carteira, será promovida uma maior captação de apólices, cujo risco potencial seja menor, mantendo a permanente monitorização das atuais variáveis de tarifação e da política de aceitação.

6. DÍVIDAS À SEGURANÇA SOCIAL

Nos termos do disposto no art. 2º, do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro e do artigo 21º, do Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, indica-se que, à data de 31 de dezembro de 2018, não existiam quaisquer dívidas ao Sector Público Estatal cujo pagamento esteja em mora, nem dívidas à Segurança Social.

7. OBJETIVOS E POLÍTICAS DA COMPANHIA EM MATÉRIA DE GESTÃO DOS RISCOS FINANCEIROS

A Companhia mantém a sua política neste domínio.

Os investimentos da N Seguros S.A. procuraram ter em conta o tipo de operações que a Companhia realiza, de forma a garantir critérios de rendibilidade, liquidez e segurança, com observância dos princípios de diversificação e dispersão dos riscos.

A política de investimento foi definida pelo Conselho de Administração da N Seguros, tendo em atenção a situação do mercado de capitais, bem como os princípios de uma gestão prudente, onde a segurança e liquidez dos investimentos são fatores essenciais. A utilização de produtos derivados, sendo permitida na medida em que contribua para uma gestão eficaz da carteira e para a redução do risco de taxa de juro e/ou cambial, não foi utilizada nos ativos financeiros geridos diretamente pela Companhia. Os fundos de investimento que compõem a carteira de investimentos da N Seguros utilizam os derivados que estão definidos nas respetivas políticas de investimento.

8. AÇÕES DOS MEMBROS DOS ORGÃOS SOCIAIS

De acordo com o n.º 5, do art. 447º do Código das Sociedades Comerciais, confirma-se que nenhum dos membros dos Órgãos Sociais detinha qualquer ação da N Seguros, S.A., em 31 de dezembro de 2018.

9. PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS

Informa-se que a Montepio Seguros, SGPS, S.A. detém 100% das ações da N Seguros, S.A.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A terminar o presente Relatório, o Conselho de Administração pretende agradecer a todas as entidades que contribuíram para o desenvolvimento e afirmação da Companhia, destacando especialmente:

- . Os Clientes;
- . As Autoridades de Supervisão, em especial a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
- . A Associação Portuguesa de Seguradores;
- . A Mesa da Assembleia Geral, o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas;
- . Resseguradores e
- . As Administrações e Colaboradores das empresas do Grupo Montepio.

Os nossos agradecimentos, também, a todos os Colaboradores da Companhia, pelo esforço desenvolvido nas suas áreas de responsabilidade.

A finalizar, o Conselho de Administração expressa os seus agradecimentos ao Acionista pelo apoio sempre recebido.

Lisboa, 22 de março de 2019

O Conselho de Administração

Fernando Dias Nogueira (Presidente)

António Paulo da Silva Gonçalves Raimundo (Vogal)

Paulo José Martins Jorge da Silva (Vogal)

PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício de 2018

PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO

N SEGUROS, S.A.
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
ATIVO

(valores em euros)

Notas do Anexo	BALANÇO	Exercício 31/12/18			
		Valor Bruto	Imparidade, depreciações/amortizações ou ajustamentos	Valor Líquido	Exercício 31/12/17
	ATIVO				
15; 24; 30	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	346 520		346 520	194 479
	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-		-	-
	Ativos financeiros detidos para negociação	-		-	-
	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	3 084		3 084	2 734
	Derivados de cobertura			-	-
16; 24;	Ativos disponíveis para venda	16 035 004		16 035 004	12 308 221
24; 30	Empréstimos e contas a receber			-	-
	Depósitos junto de empresas cedentes			-	-
	Outros depósitos			-	-
	Empréstimos concedidos			-	-
	Contas a receber			-	-
	Outros			-	-
17; 24; 30	Investimentos a deter até à maturidade	1 002 434		1 002 434	2 140 474
	Terrenos e edifícios			-	-
	Terrenos e edifícios de uso próprio			-	-
	Terrenos e edifícios de rendimento			-	-
18; 24	Outros ativos tangíveis	2 182 276	2 171 706	10 571	125 470
	Inventários	2 769		2 769	1 053
	Goodwill			-	-
19; 24	Outros ativos intangíveis	1 238 834	545 122	693 713	721 218
	Provisões técnicas de resseguro cedido	983 518		983 518	1 028 241
20; 24	Provisão para prémios não adquiridos	426 296		426 296	377 130
	Provisão matemática do ramo vida			-	-
	Provisão para sinistros	557 222		557 222	651 111
	Provisão para participação nos resultados			-	-
	Provisão para compromissos de taxa			-	-
	Provisão para estabilização de carteira			-	-
	Outras provisões técnicas			-	-
	Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo			-	-
21; 24;	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	1 747 327	16 912	1 730 415	1 393 711
	Contas a receber por operações de seguro direto	313 133	10 191	302 942	286 037
	Contas a receber por outras operações de resseguro	159 351		159 351	19 727
	Contas a receber por outras operações	1 274 843	6 721	1 268 122	1 087 947
22; 24	Ativos por impostos	927 049		927 049	1 091 799
	Ativos por impostos correntes	57 436		57 436	28 988
	Ativos por impostos diferidos	869 613		869 613	1 062 811
23; 24	Acréscimos e diferimentos	43 875		43 875	31 321
	Outros elementos do ativo			-	-
	Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas			-	-
	TOTAL ATIVO	24 512 690	2 733 739	21 778 951	19 038 722

Contabilista Certificado

Conselho de Administração

Maria da Graça Mota Lopes Pinto Aguiar

Fernando Dias Nogueira
Presidente

Diretor Financeiro

António Paulo da Silva Gonçalves Raimundo
Vogal

Jorge Manuel Santos Oliveira

Paulo José Martins Jorge da Silva
Vogal

**SEGUROS**

N SEGUROS, S.A.
BALANÇO
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(Valores em euros)

Notas do Anexo	BALANÇO	Exercício 31/12/18	Exercício 31/12/17
	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		
	PASSIVO		
	Provisões técnicas	12 790 776	12 711 989
20	Provisão para prémios não adquiridos	3 510 502	3 112 111
	Provisão matemática do ramo vida		
	Provisão para sinistros	9 002 559	8 743 046
	De vida		
20	De acidentes de trabalho		
	De outros ramos	9 002 559	8 743 046
	Provisão para participação nos resultados		
	Provisão para compromissos de taxa		
	Provisão para estabilização de carteira		
	Provisão para desvios de sinistralidade		
20	Provisão para riscos em curso	277 715	856 832
	Outras provisões técnicas	-	-
	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	-	-
	Outros passivos financeiros	-	-
	Derivados de cobertura	-	-
	Passivos subordinados	-	-
	Depósitos recebidos de resseguradores	-	-
	Outros	-	-
	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-
25; 30	Outros credores por operações de seguros e outras operações	489 515	834 572
	Contas a pagar por operações de seguro direto	296 053	253 498
	Contas a pagar por outras operações de resseguro	101 642	-
	Contas a pagar por outras operações	91 820	581 074
22	Passivos por impostos	233 391	227 333
	Passivos por impostos correntes	233 391	227 333
	Passivos por impostos diferidos	-	-
23	Acréscimos e diferimentos	328 747	349 892
	Outras Provisões	-	-
	Outros Passivos	-	-
	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda	-	-
	TOTAL PASSIVO	13 842 430	14 123 786
	CAPITAL PRÓPRIO		
26	Capital	7 500 000	7 500 000
	Outros instrumentos de capital	4 500 000	-
	Reservas de reavaliação	(67 772)	914 191
26	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros	(67 772)	914 191
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	-	-
	Por revalorização de ativos intangíveis	-	-
	Por revalorização de outros ativos tangíveis	-	-
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa	-	-
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	-	-
	De diferenças de câmbio	-	-
	Reserva por impostos diferidos	15 249	(205 693)
	Outras reservas	1 718 634	1 718 634
26	Resultados transitados	(5 012 196)	(3 355 754)
26	Resultado líquido do exercício	(717 393)	(1 656 442)
	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	7 936 522	4 914 936
	TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	21 778 951	19 038 722

Contabilista Certificado**Conselho de Administração**

Maria da Graça Mota Lopes Pinto Aguiar

Fernando Dias Nogueira
*Presidente***Diretor Financeiro**António Paulo da Silva Gonçalves Raimundo
Vogal

Jorge Manuel Santos Oliveira

Paulo José Martins Jorge da Silva
Vogal

N SEGUROS, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 e 2017

(valores em euros)

Notas do Anexo	Rubricas	2018			2017
		Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	
	Prémios adquiridos líquidos de resseguro	10 642 637	-	10 642 637	10 285 341
5	Prémios brutos emitidos	12 471 257	-	12 471 257	11 814 952
5	Prémios de resseguro cedido	1 416 268	-	1 416 268	1 311 258
5	Provisão para prémios não adquiridos (variação)	461 518	-	461 518	216 853
5	Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	49 166	-	49 166	(1 499)
	Custos com sinistros, líquidos de resseguro	9 455 830	-	9 455 830	9 599 000
	Montantes pagos	9 235 639	-	9 235 639	10 543 891
6; 8; 20	Montantes brutos	9 425 440	-	9 425 440	10 664 592
	Parte dos resseguradores	189 801	-	189 801	120 700
	Provisão para sinistros (variação)	220 190	-	220 190	(944 892)
6; 20	Montante bruto	126 301	-	126 301	(897 080)
	Parte dos resseguradores	(93 889)	-	(93 889)	47 811
7; 20	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	(579 117)	-	(579 117)	430 381
	Custos e gastos de exploração líquidos	2 748 081	-	2 748 081	2 864 325
8	Custos de aquisição	2 410 636	-	2 410 636	2 465 006
8	Custos de aquisição diferidos (variação)	(63 127)	-	(63 127)	(59 436)
8	Gastos administrativos	400 572	-	400 572	458 755
	Rendimentos	299 704	-	299 704	322 354
9	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	299 704	-	299 704	321 707
9	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	646
	Outros	-	-	-	646
	Gastos financeiros	145 217	-	145 217	165 649
10	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	70 255	-	70 255	80 551
10	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-
10	Outros	74 962	-	74 962	85 097
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	589 163	-	589 163	187 697
11	De ativos disponíveis para venda	589 163	-	589 163	187 697
	De empréstimos e contas a receber	-	-	-	-
	De outros	-	-	-	-
	Ganhos líquidos ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-
	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	-
12	Perdas de imparidade (líquidas reversão)	96 858	-	96 858	134 430
	De ativos disponíveis para venda	96 858	-	96 858	175 150
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado	-	-	-	-
	De outros	-	-	-	(40 721)
	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	-	-	-	-
13	Outras provisões (variação)	-	-	-	(189 409)
14	Outros rendimentos/gastos	-	41 593	41 593	146 715
	Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas	-	-	-	-
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial	-	-	-	-
	Ganhos e perdas de ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	-	-	-	-
	RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	(335 365)	41 593	(293 772)	(2 062 269)
22	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	-	9 481	9 481	15 086
22	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	-	414 139	414 139	(420 912)
	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(335 365)	(382 028)	(717 393)	(1 656 442)

Contabilista Certificado
Conselho de Administração

Maria da Graça Mota Lopes Pinto Aguiar

 Fernando Dias Nogueira
Presidente
Diretor Financeiro

 António Paulo da Silva Gonçalves Raimundo
Vogal

Jorge Manuel Santos Oliveira

 Paulo José Martins Jorge da Silva
Vogal

N SEGUROS, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

	2018	2017
Fluxos de caixa de actividades operacionais		
Resultado líquido do exercício	(717 393)	(1 656 442)
Depreciações e amortizações do exercício (incluindo imparidade)	145 048	163 779
Variação das provisões técnicas de seguro directo	78 787	(337 684)
Variação das provisões técnicas de resseguro cedido	44 723	(46 312)
Variação de passivos por contratos de investimento	-	-
Imparidade de devedores líquida de reversões e recuperações	(990)	716
Variação de justo valor dos imóveis de rendimento e imparidade uso proprio	-	-
Variação de outras provisões	-	(190 125)
Variação de ativos de negociação	-	-
Variação de empréstimos e contas a receber	-	150 946
Variação de devedores por operações de seguro directo, de resseguro e outros:	(335 714)	1 423 772
Variação de outros ativos e passivos por impostos	391 749	(448 845)
Variação de outros ativos e passivos	(33 698)	(1 625 805)
Variação de credores por operações de seguro directo, de resseguro e outros	(345 057)	160 993
	<u>(772 546)</u>	<u>(2 405 007)</u>
Fluxos de caixa de actividades de investimento		
Variação nos ativos financeiros ao justo valor através de ganhos perdas	(350)	(559)
Variação nos ativos financeiros disponíveis para venda	(4 708 746)	2 333 885
Variação nos investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjunto:	-	-
Variação nos investimentos a deter até à maturidade	1 138 040	256 285
Variação em outros depósitos	-	-
Aquisições/Alienções de ativos tangíveis e intangíveis	(4 358)	(117 349)
Aquisições/Alienções de terrenos e edifícios	-	-
	<u>(3 575 413)</u>	<u>2 472 262</u>
Fluxos de caixa de actividades de financiamento		
Aumentos de capital (incluindo prestações suplementares)	4 500 000	-
Por reservas	-	-
Empréstimos obrigacionistas	-	-
	<u>4 500 000</u>	<u>-</u>
Variação líquida em caixa e equivalentes	152 041	67 254
Caixa e equivalentes no início do período	194 479	127 224
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	<u>346 520</u>	<u>194 479</u>

Contabilista Certificado

Maria da Graça Mota Lopes Pinto Aguiar

Diretor Financeiro

Jorge Manuel Santos Oliveira

Conselho de Administração

Fernando Dias Nogueira
Presidente

António Paulo da Silva Gonçalves Raimundo
Vogal

Paulo José Martins Jorge da Silva
Vogal

N SEGUROS, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 e 2017

(valores em euros)									
Notas do Anexo	Demonstração das variações do capital próprio	Capital social	Outros Instrumentos de Capital	Reservas de reavaliação	Reserva por impostos Diferido	Outras Reservas	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Exercício	Total
	Balanço em 31 de Dezembro de 2016	7 500 000	-	(83 807)	18 857	1 718 634	(1 208 091)	(2 147 663)	5 797 929
26	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis	-	-	997 998	-	-	-	-	997 998
	Aplicação do resultado	-	-	-	-	-	(2 147 663)	2 147 663	(0)
	Aumentos/reduções de capital	-	-	-	-	-	-	-	-
22	Ajustamento por reconhecimento de impostos diferidos	-	-	-	(224 550)	-	-	-	(224 550)
	Aumentos de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	-	-	-	-	-
	Distribuição de lucros	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total das variações do capital próprio	-	-	997 998	(224 550)	-	(3 355 754)	2 147 663	773 449
	Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	(1 656 442)	(1 656 442)
	Balanço em 31 de Dezembro de 2017	7 500 000	-	914 191	(205 693)	1 718 634	(3 355 754)	(1 656 442)	4 914 936
26	Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis	-	-	(981 963)	-	-	-	-	(981 963)
	Aplicação do resultado	-	-	-	-	-	(1 656 442)	1 656 442	-
	Aumentos/reduções de capital	-	4 500 000	-	-	-	-	-	4 500 000
22	Ajustamento por reconhecimento de impostos diferidos	-	-	-	220 942	-	-	-	220 942
	Aumentos de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	-	-	-	-	-
	Distribuição de lucros	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total das variações do capital próprio	-	4 500 000	(981 963)	220 942	-	(1 656 442)	1 656 442	3 738 979
	Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	(717 393)	(717 393)
	Balanço em 31 de Dezembro de 2018	7 500 000	4 500 000	(67 772)	15 249	1 718 634	(5 012 196)	(717 393)	7 936 522

Contabilista Certificado

Maria da Graça Mota Lopes Pinto Aguiar

Diretor Financeiro

Jorge Manuel Santos Oliveira

Conselho de Administração

 Fernando Dias Nogueira
Presidente

 António Paulo da Silva Gonçalves Raimundo
Vogal

 Paulo José Martins Jorge da Silva
Vogal

N SEGUROS, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 e 2017

Notas do Anexo		2018	2017
	<i>Itens que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração dos resultados</i>		
	Reserva do justo valor		
26	Ativos financeiros disponíveis para venda	(981 963)	997 998
22	Impostos dos ativos financeiros disponíveis para venda	220 942	(224 550)
	Total outro rendimento integral do exercício depois de impostos	(761 021)	773 449
	Resultado líquido do exercício	(717 393)	(1 656 442)
	Total do rendimento integral do exercício	(1 478 414)	(882 993)

Contabilista Certificado

Maria da Graça Mota Lopes Pinto Aguiar

Conselho de Administração

Fernando Dias Nogueira
Presidente

Diretor Financeiro

Jorge Manuel Santos Oliveira

António Paulo da Silva Gonçalves Raimundo
Vogal

Paulo José Martins Jorge da Silva
Vogal

NOTAS ANEXAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício de 2018

INFORMAÇÃO GERAL

A N Seguros, S.A. (“N Seguros”, “Companhia” ou “Seguradora”) foi constituída a 28 de dezembro de 2007, após autorização da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundo de Pensões (ASF) para explorar os ramos Não Vida a 13 de dezembro de 2007. A Companhia iniciou a sua atividade a 1 de fevereiro de 2008, através da exploração do ramo Automóvel por via de canais diretos, nomeadamente, por telefone e internet. Até 2011, a sua atividade incidiu, exclusivamente, na exploração deste ramo, através das modalidades Responsabilidade Civil, Veículos Terrestres e Pessoas Transportadas e, complementarmente, nos ramos Assistência e Proteção Jurídica. Com o objetivo de diversificar a sua oferta e alargar a base de potenciais clientes, em 2012, a Companhia estendeu a sua exploração para o ramo Acidentes e Doença e, em 2015, para o ramo Responsabilidade Civil Geral.

A N Seguros encontra-se matriculada na Conservatória do Registo Comercial da Maia sob o número de pessoa coletiva 508 310 334 e tem a sede na Zona Industrial da Maia I, Sector IX (Norte), Rua de João Moreira da Costa Maia - Lote 20, Moreira da Maia.

As demonstrações financeiras apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 22 de março de 2019.

As demonstrações financeiras apresentadas são consolidadas nas demonstrações financeiras de Montepio Seguros, S.G.P.S., S.A., entidade detentora a 100% do capital da Companhia desde 23 de dezembro de 2016. As demonstrações financeiras de Montepio Seguros, S.G.P.S., S.A, são, por sua vez, consolidadas no Montepio Geral Associação Mutualista.

BASES DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS ADOTADAS

2.1. Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros, emitido pela ASF.

Este Plano de Contas, atualmente em vigor, corresponde aos *International Financial Accounting Standards* (IFRS) em vigor, tal como adotados na União Europeia, exceto a IFRS 4 - Contratos de Seguro, relativamente à qual apenas são adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros. As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *Internacional Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respetivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras encontram-se expressas em euros e foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao justo valor, nomeadamente, ativos financeiros disponíveis para venda. A Companhia opera sobre o princípio da continuidade.

A preparação de demonstrações financeiras requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de rendimentos, gastos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na nota 3.

2.2. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

Em 2018, a Companhia adotou as normas e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2018. Essas normas apresentam-se discriminadas na Nota 32. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

As políticas contabilísticas abaixo descritas, foram aplicadas de forma consistente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

2.3. Novas normas e alterações existentes, que apesar de já estarem publicadas, ainda não são de aplicação obrigatória

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que a Companhia não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem também ser analisadas na Nota 32.

2.4 Principais políticas contabilísticas adotadas

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são as descritas abaixo e foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras:

a) Reporte por segmentos

Um segmento operacional é um conjunto de ativos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos operacionais.

A N Seguros é uma empresa de seguro direto que exerce a sua atividade nos segmentos operacionais Automóvel, Acidentes e Doença e Responsabilidade Civil Geral.

Quanto ao segmento Automóvel, a Companhia disponibiliza diversos produtos que se diferenciam quer pelo tipo de cliente a que se dirigem, quer pelas coberturas oferecidas.

Os segmentos Acidentes e Doença e Responsabilidade Civil Geral serão apresentados separadamente.

A Companhia não adotou a IFRS 8 na medida em que não é uma entidade cotada nem se encontra em processo com vista a vir a ser cotada. Nessa base, a informação apresentada cumpre os requisitos de divulgação estabelecidos pela Autoridade de Supervisão.

b) Operações em moeda estrangeira

As conversões para euros das transações em moeda estrangeira são efetuadas ao câmbio em vigor na data em que ocorrem.

Os valores dos ativos expressos em moeda de países não participantes na União Europeia (UE) são convertidos para euros, utilizando o último câmbio de referência indicado pelo Banco de Portugal.

As diferenças de câmbio, de ativos e passivos monetários, entre as taxas em vigor na data da contratação e as vigentes na data de balanço, são contabilizadas nos resultados do exercício.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio à data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira, registados ao justo valor, são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, exceto no que diz respeito às diferenças relacionadas com ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

c) Ativos tangíveis

Os ativos tangíveis da Companhia encontram-se valorizados ao custo histórico de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas e sujeitos a testes de imparidade, de acordo com o estabelecido na IAS 16.

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As depreciações são calculadas com base no método das quotas constantes, por duodécimos, as quais correspondem às seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
Mobiliário e material	2-12
Máquinas e ferramentas	4-10
Equipamento informático	4
Instalações interiores	8-10
Material de transporte	4
Equipamento de segurança	4-10

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, de acordo com a IAS 36, é estimado o seu valor recuperável, sendo reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na conta de ganhos e perdas.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor, líquido dos custos de venda, e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

d) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis estão contabilizados ao respetivo custo histórico de aquisição, sujeito a amortização e testes de imparidade. As amortizações respetivas são calculadas através da aplicação

do método das quotas constantes, seguindo o critério duodecimal, com base na seguinte taxa anual, a qual reflete, de forma razoável, a vida útil estimada dos ativos intangíveis:

- Despesas com aplicações informáticas - 33,33%

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o seu valor recuperável é estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados para os ativos registados ao custo histórico.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu justo valor, líquido dos custos de venda, e o valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

Os custos incorridos com a aquisição de aplicações informáticas são capitalizados como ativos intangíveis, assim como as despesas adicionais necessárias à sua implementação.

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

Os custos diretamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como ativos intangíveis.

e) Ativos financeiros

Classificação

A Companhia classifica os seus ativos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas: esta categoria inclui os ativos com derivados embutidos, designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor, com as variações subsequentes no justo valor reconhecidas em resultados;

Ativos financeiros disponíveis para venda: são ativos financeiros não derivados que: (i) a Companhia tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) não se enquadram nas restantes categorias;

Ativos financeiros a deter até à maturidade: nesta categoria são classificados títulos de rendimento fixo, apresentando uma maturidade e fluxos de caixa fixos ou determináveis, que a Companhia tem intenção e capacidade de deter até ao seu vencimento. Estes ativos financeiros encontram-se registados pelo custo amortizado. De acordo com este método, o valor do instrumento financeiro em cada data de balanço corresponde ao seu custo inicial, deduzido de reembolsos de capital efetuados e perdas por imparidade e ajustado pela amortização, com base no método da taxa efetiva, de qualquer diferença entre o custo inicial e o valor de reembolso;

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efetiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor atual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial;

Empréstimos concedidos e contas a receber: os empréstimos e contas a receber incluem os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis, não admitidos a cotação num mercado ativo. São registados nesta categoria os depósitos a prazo em instituições de crédito.

Reconhecimento inicial, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de: (i) ativos financeiros ao justo valor através dos resultados (ativos financeiros detidos para negociação e ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados, (ii) ativos financeiros disponíveis para venda e (iii) a deter até à maturidade, são reconhecidos na data da negociação ("*trade date*"), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor, acrescido dos custos de transação, com exceção dos ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente de todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Companhia tenha transferido o controlo sobre os ativos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor através dos resultados (ativos financeiros detidos para negociação e ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas) são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são igualmente mensurados ao justo valor, sendo as respectivas variações de valor reconhecidas em reservas, até que os ativos sejam desreconhecidos, ou seja, alienados ou identificadas perdas por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados.

Ainda relativamente aos ativos monetários disponíveis para venda (p.e. obrigações), o ajustamento ao valor de balanço compreende a separação entre: (i) as amortizações segundo a taxa efetiva – por contrapartida de resultados; (ii) as variações cambiais dos títulos da dívida por contrapartida de resultados e (iii) as variações no justo valor.

Os investimentos a deter até à maturidade são mensurados em balanço ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa efetiva, com as amortizações (juros, valores incrementais, prémios e descontos) a serem registados nos resultados.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente ("*bid-price*"). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, e técnicas de fluxos de caixa descontados, de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado (podendo recorrer, caso necessário, a entidades especializadas).

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor e as ações não cotadas são registados ao custo de aquisição.

Transferências entre categorias

A revisão do IAS 39, datada de Outubro de 2008, veio permitir que as entidades transferissem os ativos financeiros detidos para negociação para as carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda ou para ativos financeiros a deter até à maturidade, desde que esses mesmos ativos obedeam às características de cada categoria, nomeadamente: (i) se um ativo financeiro, na data da reclassificação, apresentar características de um instrumento de dívida para o qual não exista mercado ativo; ou (ii) quando se verificar algum evento que é incomum e altamente improvável que volte a ocorrer no curto prazo, isto é, se esse evento puder ser considerado uma rara circunstância.

As transferências de ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de empréstimos e contas a receber e ativos financeiros a deter até à maturidade são também permitidas em determinadas circunstâncias.

Imparidade

A Companhia avalia, regularmente, se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais

de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida da conta de ganhos e perdas.

A Companhia considera que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, se encontra em imparidade sempre que, após o seu reconhecimento inicial, exista evidência objetiva de:

(a) Para os títulos de rendimento variável:

- Uma desvalorização continuada (pelo menos 12 meses), em que o valor de mercado se encontre abaixo do valor de aquisição sistematicamente; ou
- Uma desvalorização significativa na cotação (mais de 30% do respetivo valor de aquisição);

A Companhia efetua, ainda, uma análise casuística, título a título, pelo que, independentemente de não se verificarem os critérios referidos acima, pode ser reconhecida uma imparidade.

(b) Para os títulos de rendimento fixo:

- Existência de um evento (ou eventos) que tenha impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, deduzida de qualquer perda de imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para a conta de resultados.

No caso dos títulos de rendimento fixo, se num período subsequente o montante da perda potencial diminui e se verifica que o evento que gerou perda de imparidade deixe de existir, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição. No caso dos títulos de rendimento variável (ex. ações), as perdas por imparidade reconhecidas não são recuperáveis.

De referir que para os instrumentos financeiros em imparidade, qualquer desvalorização (face ao seu custo de aquisição líquido de perdas por imparidade já anteriormente reconhecidas) originará uma perda por imparidade adicional.

No que se refere aos ativos financeiros a deter até à maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efetiva original do ativo financeiro. Estes ativos são reconhecidos no balanço, líquidos de imparidade. Caso estejamos perante um ativo com taxa de juro variável, a taxa de juro a utilizar para a determinação da respetiva perda de

imparidade é a taxa de juro efetiva atual, determinada com base nas regras de cada contrato. Em relação aos ativos financeiros a deter até à maturidade, se num período subsequente o montante de perda por imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objetivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

f) Instrumentos financeiros derivados (derivados embutidos)

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e este não se encontra contabilizado ao justo valor através de resultados. Estes derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

Caso a Companhia considere reduzido o custo/benefício desta “bifurcação”, reconhece o ativo como um todo ao justo valor, com as variações reconhecidas em resultados. Os derivados embutidos e instrumentos financeiros derivados são reconhecidos, respetivamente, como ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de Ganhos e Perdas e como ativos financeiros detidos para negociação. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do período.

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e quando na ausência de cotação (inexistência de mercado ativo) é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação disponibilizadas por entidades especializadas, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade.

g) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e, (ii) subsequentemente, ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva.

A Companhia procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.

h) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses, a contar da data de balanço, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

i) Instrumentos de capital

As ações são classificadas como capital próprio quando não há obrigação de transferir dinheiro ou outros ativos. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são apresentados no capital próprio como dedução dos proveitos, líquidos de imposto.

j) Contratos de seguro

Os contratos de seguro comercializados pela Companhia são contratos segundo os quais a Companhia aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando compensar este, por troca de um prémio, no caso de um acontecimento futuro incerto o afetar de forma adversa. Este tipo de contrato encontra-se no âmbito da IFRS 4.

Os contratos de seguro são reconhecidos e mensurados conforme a seguir indicado:

• Prémios

Os prémios brutos emitidos são registados como proveitos no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

Os prémios de resseguro cedido são registados como custos no exercício a que respeitam, da mesma forma que os prémios brutos emitidos.

• Custos de aquisição

Os custos de aquisição são representados, essencialmente, pelos gastos por natureza imputados e, residualmente, por alguma remuneração contratualmente atribuída a mediadores pela angariação de contratos de seguro.

As comissões contratadas são registadas como gastos no momento da emissão dos respetivos prémios ou renovação das respetivas apólices.

• **Ajustamento de recibos por cobrar e créditos de cobrança duvidosa**

O ajustamento de recibos por cobrar tem por objetivo reduzir o montante dos recibos por cobrar ao seu valor estimado de realização, sendo calculada sobre o valor total dos recibos emitidos e não cobrados em cada data de reporte, deduzidos dos correspondentes prémios de resseguro cedido, comissões, impostos e provisão para prémios não adquiridos associados, e tendo em conta um coeficiente médio de cobrabilidade determinado com base em dados históricos de anos anteriores, segundo a aplicação dos critérios estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundo de Pensões, em particular, o estabelecido na circular n.º 9/2008, de 27 de Novembro.

Os recibos emitidos e não cobrados à data das demonstrações financeiras estão refletidos na rubrica "Recibos por cobrar".

O ajustamento de créditos de cobrança duvidosa destina-se a fazer face aos riscos da cobrança de dívidas de terceiros, com exceção dos relativos a recibos de prémios por cobrar.

Os ajustamentos estão associados a um risco de incobrabilidade (que se pode concretizar ou não), mas cuja probabilidade de ocorrência é significativa. A Companhia realiza iniciativas para a regularização dos montantes em dívida, quer através da área de assistência jurídica, quer recorrendo posteriormente à via judicial.

• **Provisão para prémios não adquiridos**

A provisão para prémios não adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos antes do final do exercício, mas com vigência após essa data. A sua determinação é efetuada mediante a aplicação do método "pro-rata *temporis*", por cada contrato em vigor. De acordo com a norma n.º. 19/94 da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundo de Pensões, o método "pro-rata *temporis*" é aplicado sobre os prémios comerciais acima citados, deduzidos dos respetivos custos de aquisição.

Os custos de aquisição são diferidos ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos. De acordo com os referidos normativos, o diferimento destes custos está limitado a 20% dos prémios não adquiridos.

• **Provisão para sinistros**

Reconhece a estimativa efetuada das responsabilidades da Companhia por sinistros pendentes de liquidação à data do balanço, bem como das responsabilidades globais que possam ocorrer como consequência dos sinistros ocorridos e ainda não declarados naquela data (IBNR), nomeadamente as despesas de regularização de sinistros, calculadas com base nos dados históricos dos custos da função sinistros.

Provisão para sinistros de automóvel

No que diz respeito ao ramo Automóvel, os sinistros abertos geram automaticamente uma provisão inicial média por sub-sinistro, afetando a unidade em risco e o elemento de cobertura em causa. A provisão automática também varia mediante a existência de danos corporais, e de acordo com a sua gravidade. Esta provisão pode ser revista, na sequência da análise de cada processo e ao longo da vida do sinistro, sofrendo os ajustamentos necessários de acordo com a informação recolhida (relatórios técnicos especializados), ou seja, passa a existir uma análise casuística da provisão disponível.

Provisão para sinistros de Acidentes Pessoais e Pessoas Transportadas

A provisão para sinistros da modalidade Acidentes Pessoais e Pessoas Transportadas é estimada caso a caso pelo seu gestor e revista sempre que exista nova informação através de relatórios técnicos especializados.

A análise à suficiência das provisões para sinistros é avaliada/validada ao longo do ano, através de técnicas atuariais universalmente aceites.

Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício. De acordo com o estipulado pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundo de Pensões, a provisão para riscos em curso é constituída/reforçada sempre que a soma dos rácios de sinistralidade, de despesa e de cedência, deduzida do rácio de rentabilidade dos investimentos, seja superior a 1. O montante desta provisão é igual ao produto da soma dos prémios brutos emitidos imputáveis a exercícios seguintes e dos prémios exigíveis ainda não emitidos relativos a contratos em vigor pela soma dos rácios deduzida de 1.

I) Provisões técnicas de resseguro cedido

As provisões para o resseguro cedido são determinadas aplicando os critérios acima descritos para o seguro direto, tendo em atenção as percentagens de cessão, e as condições estipuladas nos contratos de resseguro em vigor.

m) Imposto sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos na conta de ganhos e perdas, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, com exceção das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, na medida em que provavelmente não serão revertidas no futuro.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, bem como, para prejuízos fiscais registados em exercícios anteriores e que sejam ainda reportáveis, apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capaz de absorver as referidas diferenças.

n) Benefícios concedidos aos empregados

i) Planos de benefícios Pós-emprego - Plano de contribuição definida

No dia 23 de dezembro de 2011, foi assinado um novo contrato coletivo de trabalho (Novo CCT) entre a Associação Portuguesa de Seguradores (APS) e dois sindicatos representativos da classe profissional (STAS e SISEP), posteriormente publicado no Boletim do Trabalho e Emprego (BTE) n.º 2, de 15 de janeiro de 2012.

De acordo com o n.º 1 da cláusula 48ª do Novo CCT, “todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, beneficiarão de um plano individual

de reforma, em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela Segurança Social, o qual substitui o sistema de pensões de reforma previsto no anterior contrato coletivo de trabalho”.

Tendo em conta o disposto na cláusula 49ª do Novo CCT, a Companhia efetuou e efetuará anualmente contribuições para o Plano Individual de Reforma (PIR) de valor correspondente às percentagens indicadas na tabela seguinte, aplicadas sobre o ordenado base anual do trabalhador:

Ano Civil	Percentagem do ordenado base anual
2012	1,00%
2013	2,25%
2014	2,50%
2015	2,75%
2016	3,00%
2017 e seguintes	3,25%

As primeiras contribuições anuais do empregador para o plano individual de reforma verificaram-se nas seguintes condições:

- Para os trabalhadores no ativo admitidos na atividade seguradora no período compreendido entre 22 de junho de 1995 e 31 de dezembro de 2009 — no ano de 2012;
- Para os trabalhadores no ativo admitidos depois de 1 de janeiro de 2010 — no ano seguinte àquele em que completarem dois anos de prestação de serviço efetivo na Companhia.

Em 2014, foi acordado entre as partes a introdução da cláusula 58º A que determinou um aumento extraordinário do valor a aplicar no PIR, em 1,25% do ordenado base anual dos trabalhadores, conforme os pressupostos definidos nas alíneas a), b) e c), do n.º 1 de referida cláusula.

Este plano de pensões é financiado através de uma adesão coletiva a uma apólice de seguro de grupo. O plano individual de reforma deverá prever a garantia de capital investido, sendo essa responsabilidade da entidade gestora, Lusitania Vida, Companhia de Seguros, SA. O novo plano de pensões (plano individual de reforma) passa a corresponder a um plano de contribuição definida em que a quantia dos benefícios pós-emprego recebidos pelos empregados é determinada pela quantia de contribuições pagas pela Companhia, juntamente com o retorno dos investimentos provenientes dessas mesmas contribuições. Consequentemente, os riscos atuarial e de investimento recairão nos empregados.

Dado que a obrigação da Companhia (Associado) é determinada pelas quantias a serem contribuídas, a respetiva contabilização consistirá em reconhecer um gasto anual, à medida que essas contribuições forem sendo efetuadas.

ii) Prémio de permanência (Outros benefícios de longo prazo)

Ao abrigo do Novo CCT, a respetiva cláusula 41^a contempla a obrigação da Companhia atribuir aos Colaboradores, mediante o cumprimento de determinados requisitos definidos na mesma cláusula, prémios de permanência pecuniários (Colaboradores com idade inferior a 50 anos) ou a concessão de dias de licença com retribuição (Colaboradores com idade superior ou igual a 50 anos).

Quando o trabalhador completar um ou mais múltiplos de cinco anos de permanência na Companhia terá direito a um prémio pecuniário de valor equivalente a 50% do seu ordenado efetivo mensal. Após o Colaborador completar 50 anos de idade e, logo que verificados os períodos mínimos de permanência na empresa a seguir indicados, o prémio pecuniário é substituído pela concessão de dias de licença com retribuição em cada ano, de acordo com o esquema seguinte:

- a) Três dias, quando perfizer 50 anos de idade e 15 anos de permanência na Companhia;
- b) Quatro dias, quando perfizer 52 anos de idade e 18 anos de permanência na Companhia;
- c) Cinco dias, quando perfizer 54 anos de idade e 20 anos de permanência na Companhia.

As responsabilidades da Companhia com os prémios de permanência são reconhecidas como um gasto nos resultados.

iii) Benefícios de saúde (benefício de curto prazo)

A Companhia concede um benefício de assistência médica anual aos colaboradores no ativo. Este benefício é reconhecido como um gasto na conta de ganhos e perdas no exercício a que respeita.

iv) Bónus de desempenho (benefício de curto prazo)

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas nos resultados do exercício a que respeitam. Os bónus são calculados de acordo com uma avaliação de desempenho, que se baseia em critérios organizacionais, quantitativos e qualitativos.

v) Estimativa para férias e subsídio de férias (benefício de curto prazo)

Os encargos com férias e subsídio de férias dos empregados são registados quando se vence o direito aos mesmos e correspondem a 2 meses de remunerações e respetivos encargos, baseados nos valores do respetivo exercício. A respetiva estimativa encontra-se registada na rubrica "Acréscimos e diferimentos" do passivo.

o) Reconhecimento de juros e dividendos

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares utilizando o método da taxa efetiva. Os juros dos ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

No caso de ativos financeiros ou grupos de ativos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

Relativamente aos rendimentos de instrumentos de capital (dividendos), são reconhecidos quando estabelecido o direito ao seu reconhecimento

p) Locações

A Companhia classifica as operações de locação em locações financeiras ou operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal, cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras toda as operações em que os riscos e os benefícios inerentes à propriedade são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são consideradas como locações operacionais.

Nas locações operacionais os pagamentos efetuados pela Companhia à luz dos contratos de locação operacional são registados nos resultados nos períodos a que dizem respeito.

Nas locações financeiras os contratos são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição do bem locado, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro, que é debitado em resultados, e (ii) pela amortização financeira do capital, que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período de locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo, em cada período.

A Companhia apenas tem registado contratos de locação operacional, relacionados com aluguer de automóveis.

q) Provisões, ativos e passivos contingentes

Procede-se à constituição de provisões quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o dispêndio futuro de recursos e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão deve corresponder à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade à data de balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, mas existindo a obrigação, teremos um passivo contingente, o qual será apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

PRINCIPAIS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E JULGAMENTOS RELEVANTES UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As IAS/IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados, pela Companhia, na aplicação dos princípios contabilísticos são divulgadas abaixo, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Companhia é apresentada na Nota 2.

Dever-se-á ter em conta que, em algumas situações, poderão existir alternativas ao tratamento das políticas contabilísticas adotadas pela Companhia, que levariam a resultados diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. No entanto, a Companhia entende que os julgamentos e as estimativas aplicadas são apropriados, pelo que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

a) Provisões técnicas

As responsabilidades presentes decorrentes de obrigações emanadas de contratos de seguro são registadas na rubrica provisões técnicas. As provisões técnicas foram determinadas tendo por base o normativo existente e vários pressupostos baseados na experiência passada da Companhia e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem (1) provisão para prémios não adquiridos, (2) provisão para sinistros (reportados e não reportados, incluindo as despesas de regularização respetivas) e (3) provisão para riscos em curso.

Quando existem sinistros, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados. A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro.

As provisões para sinistros não representam um cálculo exato do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa da Companhia para o custo último de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, numa estimativa das tendências em termos de frequência da sinistralidade, assim como, outros fatores. Qualquer eventual alteração de critérios (nomeadamente alterações nos processos de gestão de sinistros, inflação e alterações legais) é devidamente avaliada para quantificação dos seus impactos financeiros.

Adicionalmente, poderá existir uma diferença temporal significativa entre o momento da ocorrência do evento seguro (sinistro) e o momento em que este evento é reportado à Companhia. As provisões são revistas regularmente, através de um processo contínuo, à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas. Para mais detalhes, ver a Nota 20.

b) Justo valor dos ativos financeiros

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis. Na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

c) Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda

A Companhia avalia, regularmente, se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida da conta de ganhos e perdas.

A Companhia considera que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, se encontra em imparidade sempre que, após o seu reconhecimento inicial, exista evidência objetiva de:

a) Para os títulos de rendimento variável:

- uma desvalorização continuada (pelo menos 12 meses), em que o valor de mercado se encontre abaixo do valor de aquisição; ou
- uma desvalorização significativa na cotação (mais de 30% do respetivo valor de aquisição);

A Companhia efetua, ainda, uma análise casuística, título a título, pelo que, independentemente de não se verificarem os critérios referidos acima, pode ser reconhecida uma imparidade.

b) Para os títulos de rendimento fixo:

- existência de um evento (ou eventos) que tenha impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Deve ser reconhecida a imparidade a todos os títulos que tenham sido objeto de imparidade anteriormente, sempre que se verifique uma quebra relativamente ao seu valor de custo corrigido, desde a última data em que perdas por imparidade foram reconhecidas, independentemente dos critérios referidos acima.

d) Imposto sobre lucros

A determinação dos impostos sobre lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as autoridades fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia durante um período de quatro anos.

Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

4. REPORTE POR SEGMENTOS

A N Seguros é uma empresa de seguro direto que celebra contratos à distância, utilizando como canais de distribuição a internet e o telefone e que exerce a sua atividade nos seguintes segmentos operacionais – Automóvel, Acidentes Pessoais, Doença e Responsabilidade Civil Geral.

Cada segmento integra um conjunto de “produtos” ou “opções”, os quais disponibilizam diferentes coberturas, garantias e/ou capitais, adaptados a vários públicos-alvo ou necessidades específicas de determinados nichos de mercado.

Em termos geográficos, todos os contratos são celebrados em Portugal, pelo que existe apenas um segmento.

O relato por segmentos dos resultados dos anos de 2018 e 2017 é apresentado nas tabelas seguintes:

(valores em euros)

RUBRICAS	2018					TOTAL
	Automóvel	Acidentes Pessoais	Doença	Resp. Civil Geral	Não segmentado	
Prémios Adquiridos	11 817 196	44 629	88 562	59 352	-	12 009 739
Custos com sinistros	(9 478 100)	(20 468)	(35 511)	(17 663)	-	(9 551 741)
Outras provisões e gastos técnicos	579 117	-	-	-	-	579 117
Margem Técnica	2 918 212	24 161	53 052	41 689	-	3 037 114
Resultado de Resseguro Cedido	(1 271 190)	-	-	-	-	(1 271 190)
Margem Técnica Líquida	1 647 022	24 161	53 052	41 689	-	1 765 924
Custos de exploração	(2 704 354)	(10 079)	(19 978)	(13 671)	-	(2 748 081)
Resultado de Exploração	(1 057 332)	14 082	33 074	28 019	-	(982 158)
Resultado financeiro	645 692	396	(320)	1 024	-	646 792
Resultado Técnico	(411 640)	14 478	32 754	29 042	-	(335 365)
Outros Custos e Proveitos não Técnicos	-	-	-	-	41 593	41 593
Imposto s/Rendimento	-	-	-	-	(423 621)	(423 621)
Resultado Líquido do Exercício	(411 640)	14 478	32 754	29 042	(382 028)	(717 393)

(valores em euros)

RUBRICAS	2017					TOTAL
	Automóvel	Acidentes Pessoais	Doença	Resp. Civil Geral	Não segmentado	
Prémios Adquiridos	11 427 274	41 665	108 255	20 906	-	11 598 099
Custos com sinistros	(9 703 394)	(12 887)	(48 357)	(2 874)	-	(9 767 511)
Outras provisões e gastos técnicos	(430 381)	-	-	-	-	(430 381)
Margem Técnica	1 293 498	28 778	59 899	18 031	-	1 400 206
Resultado de Resseguro Cedido	(1 144 246)	-	-	-	-	(1 144 246)
Margem Técnica Líquida	149 253	28 778	59 899	18 031	-	255 961
Custos de exploração	(2 821 661)	(10 658)	(26 494)	(5 512)	-	(2 864 325)
Resultado de Exploração	(2 672 409)	18 120	33 404	12 520	-	(2 608 365)
Resultado financeiro	210 688	(62)	(625)	(28)	-	209 972
Resultado Técnico	(2 461 721)	18 058	32 779	12 492	-	(2 398 393)
Outros Custos e Proveitos não Técnicos	-	-	-	-	336 124	336 124
Imposto s/Rendimento	-	-	-	-	405 827	405 827
Resultado Líquido do Exercício	(2 461 721)	18 058	32 779	12 492	741 950	(1 656 442)

5. PRÉMIOS ADQUIRIDOS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

No ano de 2018, os prémios brutos emitidos de seguro direto registaram o valor de 12.471.257 euros, o que representa um decréscimo de 5,55% face ao exercício transato.

Nos quadros abaixo, apresentam-se os valores dos prémios adquiridos líquidos de resseguro, com detalhe por ramo, para os exercícios de 2018 e 2017.

(valores em euros)						
2018	Prémios brutos emitidos	Provisão para prémios não adquiridos (variação)	Prémios Adquiridos Brutos	Prémios de Resseguro Cedido	Provisão para prémios não adquiridos de resseguro (variação)	Prémios adquiridos líquidos de resseguro
Seguro Direto						
Acidentes Pessoais	44 516	(113)	44 629	-	-	44 629
Doença	87 933	(629)	88 562	-	-	88 562
Automóvel	10 417 913	409 938	10 007 975	(267 443)	-	9 740 532
Responsabilidade Civil	8 209 505	352 356	7 857 149	(267 443)	-	7 589 706
Outras coberturas	2 208 408	57 582	2 150 826	-	-	2 150 826
Resp. Civil Geral	66 633	7 281	59 352	-	-	59 352
Proteção jurídica	279 435	34	279 401	-	-	279 401
Assistência	1 574 827	45 007	1 529 820	(1 148 825)	49 166	430 161
Total	12 471 257	461 518	12 009 739	(1 416 268)	49 166	10 642 637

(valores em euros)						
2017	Prémios brutos emitidos	Provisão para prémios não adquiridos (variação)	Prémios Adquiridos Brutos	Prémios de Resseguro Cedido	Provisão para prémios não adquiridos de resseguro (variação)	Prémios adquiridos líquidos de resseguro
Seguro Direto						
Acidentes Pessoais	43 270	1 605	41 665	-	-	41 665
Doença	108 392	136	108 255	-	-	108 255
Automóvel	9 745 361	227 090	9 518 271	(219 361)	-	9 298 910
Responsabilidade Civil	7 578 473	208 917	7 369 556	(219 361)	-	7 150 195
Outras coberturas	2 166 888	18 173	2 148 714	-	-	2 148 714
Resp. Civil Geral	28 160	7 255	20 906	-	-	20 906
Proteção jurídica	328 153	(17 259)	345 412	-	-	345 412
Assistência	1 561 616	(1 974)	1 563 591	(1 091 897)	(1 499)	470 194
Total	11 814 952	216 853	11 598 099	(1 311 258)	(1 499)	10 285 341

A taxa de cedência de prémios de resseguro foi, em 2018, de 11,4% (em 2017 era de 11,1%).

6. CUSTOS COM SINISTROS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Na tabela seguinte são analisados os custos com sinistros, líquidos de resseguro, para os anos de 2018 e 2017:

	(valores em euros)	
	2018	2017
Montantes pagos	9 235 639	10 543 891
Montantes Brutos	9 425 440	10 664 592
Parte dos resseguradores	(189 801)	(120 700)
Provisão para sinistros	220 190	(944 892)
Montante bruto	126 301	(897 080)
Parte dos resseguradores	93 889	(47 811)
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	9 455 830	9 599 000

O valor dos custos imputados à função de sinistros (que se encontra acima incluído na rubrica de Montantes Pagos) foi de 531.845 euros, em 2018, e 568.040 euros, em 2017.

O quadro seguinte mostra o detalhe, por ramo, dos custos com sinistros líquidos de resseguro para os exercícios de 2018 e 2017:

	(valores em euros)	
	2018	2017
Montantes Pagos	9 235 639	10 543 891
Acidentes Pessoais	19 377	17 849
Doença	38 034	45 833
Automóvel	9 093 260	10 387 090
Responsabilidade Civil	8 210 844	9 113 328
Outras coberturas	882 416	1 273 762
Resp. Civil Geral	5 893	2 263
Proteção jurídica	11 917	15 777
Assistência	67 159	75 080
Provisão para Sinistros	220 190	(944 892)
Acidentes Pessoais	1 092	(4 962)
Doença	(2 523)	2 523
Automóvel	209 852	(943 064)
Responsabilidade Civil	221 937	(738 867)
Outras coberturas	(12 085)	(204 197)
Resp. Civil Geral	11 770	612
Proteção jurídica	-	-
Assistência	-	-
Total	9 455 830	9 599 000

Apresenta-se, agora, a informação quantitativa acerca do rácio de sinistralidade, rácio de despesas, rácio combinado e rácio operacional (resultante da consideração dos rendimentos obtidos com investimentos afetos aos vários segmentos):

	2018	2017	Variação
Prémios Adquiridos	12 009 739	11 598 099	411 640
Custos com sinistros SD	9 019 897	9 199 471	(179 574)
Custos imputados função sinistros	531 845	568 040	(36 195)
Custos de exploração	2 811 209	2 864 325	(53 116)
Prémios de Resseguro	1 416 268	1 311 258	105 010
Rendimentos e Ganhos	888 867	510 051	378 817
Resultado técnico	(335 365)	(2 398 393)	2 063 027
			-
(1) Rácio de sinistralidade	75,10%	79,32%	-4,21%
(2) Rácio de despesas	27,84%	29,59%	-1,76%
(3) Rácio combinado	107,33%	115,82%	-8,49%
(4) Rácio operacional	-2,79%	-20,68%	17,89%

7. OUTRAS PROVISÕES TÉCNICAS, LÍQUIDAS DE RESSEGURO

O saldo desta rubrica respeita à variação da provisão para riscos em curso, em 2018 apresenta uma libertação da provisão no valor de 579.117 euros. Em 2017, a mesma rubrica tinha registado um reforço de 430.381 euros.

8. CUSTOS E GASTOS DE EXPLORAÇÃO LÍQUIDOS

Seguem-se os custos e gastos de exploração líquidos, nos exercícios de 2018 e 2017:

	(valores em euros)	
	2018	2017
Custos de aquisição		
Custos imputados	2 410 636	2 465 006
Custos de aquisição diferidos (variação)	(63 127)	(59 436)
Total de custos de aquisição	2 347 509	2 405 570
Custos administrativos		
Custos imputados	400 572	458 755
Total de custos administrativos	400 572	458 755
Custos e gastos de exploração líquidos	2 748 081	2 864 325

Os custos são inicialmente contabilizados pela sua natureza (custos indiretos) e posteriormente, de acordo com uma chave de repartição, imputados às funções Aquisição, Administrativa, Sinistros e Investimentos.

A metodologia de imputação seguida no exercício de 2018 manteve-se em linha com a adotada em exercícios anteriores.

No exercício de 2018 foi efetuada a seguinte distribuição dos gastos gerais pelas várias funções:

2018						(valores em euros)
Descrição	Função Aquisição	Função Administrativa	Função Sinistros	Função Investimentos	Total	
Custos com pessoal	859 643	221 340	313 750	40 737	1 435 470	
Fornecimento e serviços externos	1 322 030	138 433	179 795	23 429	1 663 687	
Impostos e Taxas	142 100	18 434	6 597	856	167 987	
Depreciações do exercício	86 863	22 365	31 703	4 116	145 048	
Juros suportados	-	-	-	-	-	
Comissões	-	-	-	5 824	5 824	
Total	2 410 636	400 572	531 845	74 963	3 418 016	

2017						(valores em euros)
Descrição	Função Aquisição	Função Administrativa	Função Sinistros	Função Investimentos	Total	
Custos com pessoal	903.291	232.578	329.680	42.805	1.508.354	
Fornecimento e serviços externos	1.321.823	182.661	196.314	29.236	1.730.033	
Impostos e Taxas	141.812	18.263	6.249	811	167.136	
Depreciações do exercício	98.080	25.254	35.797	4.648	163.779	
Juros suportados	-	-	-	-	-	
Comissões	-	-	-	7.597	7.597	
Total	2.465.006	458.755	568.040	85.097	3.576.899	

Custos com pessoal

Em 2018 e 2017, os Gastos com o Pessoal apresentam a seguinte desagregação:

			(valores em euros)	
CUSTOS COM PESSOAL	2018	2017		
Remunerações:				
Órgãos Sociais	31 946	31 946		
Pessoal	1 058 490	1 130 668		
Encargos sobre remunerações	237 712	255 778		
Outros benefícios de longo prazo dos empregados:	32 333	10 793		
Benefícios de cessação de emprego	1 600	1 644		
Seguros obrigatórios	30 989	30 687		
Gastos de ação social	37 757	34 724		
Gastos com formação	3 298	9 127		
Outros gastos com pessoal	1 345	2 987		
Total	1 435 470	1 508 354		

O Conselho de Administração da Sociedade é composto por 3 elementos com funções executivas: Fernando Dias Nogueira, António Paulo da Silva Gonçalves Raimundo e Paulo José Martins Jorge da Silva. Só o segundo auferiu remuneração pelo cargo exercido (Nota 27).

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia tinha ao seu serviço 55 trabalhadores (em 2017: 60), distribuídos pelas categorias profissionais constantes no quadro seguinte:

	2018	2017
Direção	-	-
Chefias não comerciais	7	6
Técnicos	5	6
Comerciais	-	1
Administrativos	43	45
Estagiários	-	2
Número médio de trabalhadores	55	60

Plano de benefícios pós-emprego (Novo CCT) – Contribuição definida

Conforme referido na Nota 2, alínea n), nos termos do estabelecido no Contrato Coletivo dos Trabalhadores do Setor Segurador, cujo texto foi publicado no BTE nº2, de 15 Janeiro de 2012, todos os trabalhadores no ativo em efetividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, têm direito a um plano individual de reforma, em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela Segurança Social, o qual substituiu o sistema de pensões de reforma previsto no anterior contrato coletivo de trabalho. Trata-se de um plano de contribuição definida, em que a Companhia efetua anualmente contribuições para o plano individual de reforma dos trabalhadores. A população de participantes do plano de pensões é constituída pelos trabalhadores que cumprem a regra referida acima.

A Companhia constituiu este Plano junto da Lusitania Vida, Companhia de Seguros, SA., através de uma apólice de seguro de grupo denominada Plano Individual de Reforma (PIR), a qual garante todos os pressupostos previstos no contrato coletivo de trabalho, publicado no BTE nº 2, de 15 de janeiro de 2012.

O montante das contribuições de 2018 ascendeu a 32.333 euros.

Fornecimento e serviços externos

A desagregação por natureza, em 2018 e 2017, é analisada como segue:

	(valores em euros)	
	2018	2017
Fornecimentos e Serviços Externos:		
Eletricidade	11 406	12 817
Combustíveis	4 885	8 464
Água	609	574
Impressos	7 797	5 394
Material de escritório	2 877	6 438
Livros e documentação técnica	117	110
Conservação e reparação	4 005	6 491
Rendas e alugueres	243 407	249 956
Despesas de representação		1 115
Comunicação	205 423	202 552
Deslocações e estadas	7 762	16 394
Seguros	7 141	9 296
Publicidade e propaganda	714 408	670 769
Limpeza, higiene e conforto	10 615	10 237
Contencioso e notariado	2 349	32 749
Vigilância e segurança	35 085	34 096
Trabalhos especializados	278 453	331 488
Quotizações da atividade	22 793	29 966
Gastos com cobrança de prémios	104 554	101 128
Total	1 663 687	1 730 033

Esta rubrica apresenta uma diminuição de 3,83% face ao exercício de 2017.

Outros custos de estrutura

A decomposição dos restantes custos de estrutura, para os exercícios de 2018 e 2017, é a seguinte:

	(valores em euros)	
	2018	2017
Taxa para a ASF	30 180	28 592
Taxa - Responsabilidade Civil Automóvel	137 807	138 544
Outros	0	0
Impostos e taxas	167 987	167 136
Ativos intangíveis (Nota 20)	27 506	27 506
Outros ativos tangíveis (Nota 19)	117 542	136 273
Depreciações e amortizações do exercício	145 048	163 779
Juros suportados	-	-
Comissões com Gestão de Ativos	5 824	7 597
Comissões	5 824	7 597
Total	318 859	338 512

9. RENDIMENTOS

Os rendimentos por categorias de ativos financeiros são analisados como segue:

	(valores em euros)		
	2018		
	Juros	Rendimentos	Total
Títulos de rendimento variável	-	17	17
Títulos de rendimento fixo	299 687	-	299 687
Empréstimos concedidos e contas a receber	-	-	-
Total	299 687	17	299 704

	(valores em euros)		
	2017		
	Juros	Rendimentos	Total
Títulos de rendimento variável	-	646	646
Títulos de rendimento fixo	321 507	-	321 507
Empréstimos concedidos e contas a receber	200	-	200
Total	321 707	646	322 354

10. GASTOS FINANCEIROS

Na rubrica de gastos financeiros estão registados a (i) amortização à taxa efetiva dos títulos de rendimento em carteira, no valor de 70.255 euros (2017: 80.551 euros) e (ii) custos imputados à função investimentos no valor de 74.962 euros (2017: 85.097 euros) (Ver Nota 8).

11. GANHOS LÍQUIDOS DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS NÃO VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

Os ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas decompõem-se, em 2017 e 2016, como segue:

	(valores em euros)		
	2018		
	Ganhos	Perdas	Líquido
Ativos financeiros disponíveis para venda	589 163	-	589 163
Instrumentos de capital e unidades de participação	576 816	-	576 816
Títulos da dívida	12 347	-	12 347

	(valores em euros)		
	2017		
	Ganhos	Perdas	Líquido
Ativos financeiros disponíveis para venda	187 697	-	187 697
Instrumentos de capital e unidades de participação	20 539	-	20 539
Títulos da dívida	167 158	-	167 158

12. PERDAS DE IMPARIDADE, LÍQUIDAS DE REVERSÃO

Nos exercício de 2018 e 2017 reconheceram-se as seguintes perdas de imparidade, líquidas de reversões.

Categoria de Investimento	Nome do Título	ISIN	Imparidade a 31/12/2017	Reforço do Ano	Reversão do ano	(valores em euros)
						Saldo de imparidade a 31/12/2018
Obrigações	QUIFEL HOLDING SGPS SA - EM3 04/09/2014 - 31/08/2015	PTQ06AJM0029	372 532	96 858		469 391
Obrigações	BANCO ESPIRITO SANTO, SA-4.75%-15.01.2018	PTBENJOM0015	519 257			519 257
		Total	891 789	96 858	-	988 647

13. OUTRAS PROVISÕES (VARIAÇÃO)

Em 31 de dezembro de 2018, a rubrica de Ajustamentos de recibos por cobrar apresenta um saldo de 10.191 euros, decorrente do reforço de 2.052 euros (em 2017 registou-se um reforço no valor de 1.622 euros, resultando num saldo de 8.139 euros).

(valores em euros)				
Ajustamentos e Outras Provisões	Saldo a 31/12/2017	Reforço do Ano	Libertação do ano	Saldo a 31/12/2018
Ajustamentos de recibos por cobrar	8 139	2 052	-	10 191
Ajustamentos de créditos de cobrança duvidos	9 763	-	3 042	6 721
	17 902	2 052	3 042	16 912

No exercício de 2018 verificou-se uma libertação de 3.042 euros em Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa, apresentando um saldo a 31 de dezembro de 2018 de 6.721 euros (em 2017 libertou-se 905 euros, resultando num saldo de 9.763 euros).

14. OUTROS RENDIMENTOS/GASTOS

Segue-se informação de 2018 e 2017, referente à rubrica de Outros rendimentos/gastos:

	(valores em euros)	
	2018	2017
Outros gastos	(16 718)	(12 172)
Outros gastos e perdas financeiras	(17 545)	(17 867)
Outros gastos	(34 263)	(30 039)
Rendimentos e ganhos não correntes	35 841	23 635
Outros rendimentos e ganhos financeiros	2 725	112 896
Outros	37 290	40 223
Outros rendimentos	75 856	176 754
Outros rendimentos/(gastos)	41 592	146 715

Em Outros rendimentos – “Outros”, encontram-se registados 36.931 euros decorrentes da partilha de receitas dos números 707 com a empresa AR Telecom, S.A. (valor da receita em 2017: 40.157 euros).

15. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

O saldo de Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é composto pelo seguinte:

	(valores em euros)	
	2018	2017
Caixa	150	152
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	346 370	194 327
Total	346 520	194 479

16. ATIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O saldo desta rubrica, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, é analisado como segue:

Ativos disponíveis para venda

2018	(valores em euros)				
	Custo amortizado	Juro decorrido	Imparidade acumulada	Reserva de justo valor	Valor de balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	10 895 884	214 860	469 391	233 717	10 875 070
De emissores públicos	6 879 316	116 576	-	304 053	7 299 945
De outros emissores	4 016 568	98 284	469 391	(70 336)	3 575 125
Outros títulos de rendimento variável	5 460 000	-	-	(300 066)	5 159 934
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	16 355 884	214 860	469 391	(66 349)	16 035 004
Dos quais:	Nível I	Nível II	Nível III	Total	
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	6 635 720	-	-	6 635 720	
De outros emissores	3 299 451	-	275 674	3 575 125	
Obrigações de rendimento variável					
De emissores públicos	664 225			664 225	
	10 599 396	-	275 674	10 875 070	
Outros instrumentos de capital e unid. Participação	5 159 934	-	-	5 159 934	
	15 759 330	-	275 674	16 035 004	

(valores em euros)

2017	Custo amortizado	Juro decorrido	Imparidade acumulada	Reserva de justo valor	Valor de balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	5 792 214	143 676	372 532	348 697	5 912 053
De emissores públicos	3 977 607	80 042	-	287 357	4 345 005
De outros emissores	1 814 607	63 634	372 532	61 340	1 567 048
Outros títulos de rendimento variável	5 827 466	-	-	568 702	6 396 168
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	11 619 680	143 676	372 532	917 399	12 308 221
	Nível I	Nível II	Nível III	Total	
Dos quais:					
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissores públicos	4 345 005	-	-	4 345 005	
De outros emissores	1 194 516	-	372 532	1 567 048	
Obrigações de rendimento variável					
De emissores públicos				-	
	5 539 521	-	372 532	5 912 053	
Outros instrumentos de capital e unid. Participação	6 396 168	-	-	6 396 168	
	11 935 689	-	372 532	12 308 221	

Conforme disposto na IFRS 13, os instrumentos financeiros estão mensurados de acordo com os seguintes níveis de valorização:

- Nível 1: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com cotações disponíveis (não ajustadas) em mercados oficiais e com cotações divulgados por entidades fornecedoras de preços de transações em mercados líquidos.
- Nível 2: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente parâmetros e variáveis observáveis no mercado.
- Nível 3: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando parâmetros ou variáveis não observáveis no mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento e preços fornecidos por entidades terceiras cujos parâmetros utilizados não são observáveis no mercado.

Os ativos classificados no nível III correspondem a dívida de curto prazo, pelo que o *book value* corresponde ao seu justo valor.

Estão considerados neste nível papel comercial da AHS Investimentos, SGPS, S.A., que se encontra atualmente em PER. Muito embora o Plano de Revitalização apresentado já tenha sido homologado pelo Tribunal, é do entendimento da Administração a atualização da imparidade no presente exercício, tendo efetuado um reforço de 13% à imparidade já reconhecida em exercícios anteriores.

O montante da reserva de justo valor, em 31 de Dezembro de 2018, é negativa no valor de 67.772 euros. Este valor não reconcilia diretamente com a reserva de justo valor dos ativos financeiros detidos para venda incluídos no capital próprio (valor registado, negativo, de 66.349 euros). O diferencial, no valor negativo de 1.422 euros, é decorrente de uma operação de reclassificação de ativos financeiros inicialmente classificados como disponíveis para venda para a categoria de ativos a deter até a

maturidade, em 2011. Esta reclassificação fixou o valor registado na reserva de justo valor dos ativos que foram reclassificados, e que irá ser amortizado até à maturidade de todos os títulos reclassificados (ver Nota 17).

O Anexo 1 às notas explicativas integrantes das demonstrações financeiras apresenta informação detalhada relativa ao inventário de participações sociais e outros ativos financeiros.

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda encontram-se detalhados na Nota 12.

A análise de sensibilidade da carteira de títulos a variações das taxas de juro encontra-se detalhada na Nota 28 – Gestão de Riscos, na componente do Risco de Mercado.

17. INVESTIMENTOS A DETER ATÉ À MATURIDADE

Na sequência da publicação da Norma Regulamentar nº 4/2011, da ASF, a qual veio alterar as regras de cálculo da solvência anteriormente instituídas pela Norma Regulamentar nº 6/2007, da ASF, a Companhia decidiu proceder à reclassificação de 29 obrigações, classificadas como ativos disponíveis para venda, para a classificação ativos a deter até à maturidade, com efeito a partir de 1 de Janeiro de 2011. Em 31 de dezembro de 2018 ainda se encontram em carteira 1 obrigação.

À data da reclassificação, a Companhia tinha intenção e capacidade de deter os referidos títulos até à maturidade.

À data de 31 de dezembro de 2018 a Companhia detinha um investimento de 1.002.434 euros em investimentos desta natureza, dos quais 89.975 respeitam a ativos reclassificados no exercício de 2011.

O quadro seguinte mostra o detalhe dos ativos detidos até à maturidade em 31 de dezembro de 2018:

	(Valores em euros)				
	31/12/2018				
	Quantidade	Valor de Mercado	Custo Amortizado	Juro Decorrido	Valor Balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissões públicas					
OT-4.8%-15.06.2020	90 000	96 736	87 619	2 356	89 975
De outros emissores					
BANCO ESPIRITO SANTO,SA-4.75%-15.01.2018	500 000	-	-	-	-
EDP FINANCE BV-4.875%-14.09.2020	700 000	756 868	700 333	10 097	710 430
REN FINANCE BV-4.75%-16.10.2020	200 000	215 094	200 051	1 978	202 029
Total	1 490 000	1 068 698	988 003	14 431	1 002 434

O quadro seguinte mostra o detalhe dos ativos detidos até à maturidade em 31 de dezembro de 2017:

	(Valores em euros)				
	31-12-2017				
	Quantidade	Valor de Mercado	Custo Amortizado	Juro Decorrido	Valor Balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo					
De emissões públicos					
OT-4.45%-15.06.2018	100.000	102.095	99.073	2.426	101.499
OT-4.8%-15.06.2020	90.000	100.553	86.131	2.355	88.487
De outros emissores					
BANCO ESPIRITO SANTO,SA-4.75%-15.01.2018	500.000	-	-	-	-
REN-REDES ENERG.NAC.-4.125%-31.01.2018	900.000	901.629	900.041	33.972	934.012
EDP FINANCE BV-4.875%-14.09.2020	700.000	789.509	700.610	10.097	710.707
GAS NATURAL CAPITAL-4.125%-26.01.2018	100.000	100.264	99.874	3.820	103.694
REN FINANCE BV-4.75%-16.10.2020	200.000	225.902	200.097	1.978	202.075
Total	2.590.000	2.219.952	2.085.825	54.649	2.140.474

18. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

Os movimentos ocorridos durante o ano de 2018 são analisados como segue:

RUBRICAS	(valores em euros)								
	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências e abates	Alienações	Depreciações do exercício		Saldo Final Valor Líquido
	Valor Bruto	Depreciações acumuladas	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularização	
OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS									
Equipamento administrativo - Mobiliário	203 859	203 858	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e ferramentas - Aparelhos e máquinas elétricas	22 417	22 417	-	-	-	-	-	-	-
Equipamento informático	410 508	382 016	2 642	-	-	-	20 564	-	10 571
Instalações interiores - Obras diversas	1 542 850	1 445 872	-	-	-	-	96 978	-	-
Total	2 179 634	2 054 163	2 642	-	-	-	117 542	-	10 571

No decorrer do exercício foram adquiridos ativos tangíveis no valor de 2.642 euros.

As depreciações são efetuadas pelo método de cálculo das quotas constantes, por duodécimos.

No exercício de 2018 não foram registadas quaisquer perdas de imparidade nos ativos tangíveis.

19. OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

Os movimentos ocorridos durante o ano de 2018 são analisados como segue:

(valores em euros)

RUBRICAS	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências e abates	Alienações	Depreciações do exercício		Saldo Final Valor Líquido
	Valor Bruto	Amortizações	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	
ATIVOS INTANGÍVEIS									
Despesas com aplicações informáticas - Software									
Informático	469 481	469 481	-	-	-	-	-	-	-
Outros Ativos Intangíveis	275 059	48 135	-	-	-	-	27 506	-	199 418
Ativos intangíveis em curso	494 295	-	-	-	-	-	-	-	494 295
Total	1 238 834	517 616	-	-	-	-	27 506	-	693 713

20. PROVISÕES TÉCNICAS, LÍQUIDAS DE RESSEGURO CEDIDO

De seguida, apresenta-se a descrição da decomposição das provisões técnicas de seguro direto e resseguro cedido para os exercícios de 2018 e 2017:

(valores em euros)

	2018			2017		
	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Líquido	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Líquido
Provisão para prémios não adquiridos	3 510 502	426 296	3 084 206	3 112 111	377 130	2 734 982
Provisão para sinistros	9 002 559	557 222	8 445 337	8 743 046	651 111	8 091 935
Provisão para riscos em curso	277 715	-	277 715	856 832	-	856 832
Total	12 790 776	983 518	11 807 258	12 711 989	1 028 241	11 683 748

Provisão para prémios não adquiridos

De seguida, apresenta-se o detalhe, por ramo, da Provisão para Prémios Não Adquiridos e dos Custos de Aquisição Diferidos, para os exercícios de 2018 e 2017.

(valores em euros)

	2018			2017		
	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Líquido	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Líquido
Prémios não adquiridos	4 351 657	426 296	3 925 361	3 890 139	377 130	3 513 009
Acidentes Pessoais	3 221	-	3 221	3 334	-	3 334
Doença	4 578	-	4 578	5 207	-	5 207
Automóvel	3 639 984	-	3 639 984	3 230 046	-	3 230 046
Resp. Civil Geral	15 940	-	15 940	8 659	-	8 659
Proteção Jurídica	103 561	-	103 561	103 527	-	103 527
Assistência	584 373	426 296	158 077	539 366	377 130	162 236
Custos de aquisição diferidos	(841 155)	-	(841 155)	(778 028)	-	(778 028)
Acidentes Pessoais	(623)	-	(623)	(667)	-	(667)
Doença	(885)	-	(885)	(1 041)	-	(1 041)
Automóvel	(703 592)	-	(703 592)	(646 009)	-	(646 009)
Rep. Civil Geral	(3 081)	-	(3 081)	(1 732)	-	(1 732)
Proteção Jurídica	(20 018)	-	(20 018)	(20 705)	-	(20 705)
Assistência	(112 957)	-	(112 957)	(107 873)	-	(107 873)
Total	3 510 502	426 296	3 084 206	3 112 111	377 130	2 734 982

Provisão para sinistros

A Provisão para Sinistros decompõe-se, por ramos, a 31 de dezembro de 2018 e 2017, de acordo com o quadro seguinte:

(valores em euros)

	2018			2017		
	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Líquido	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Líquido
Provisão para sinistros						
Acidentes Pessoais	9 169	-	9 169	8 077	-	8 077
Doença	-	-	-	2 523	-	2 523
Automóvel	8 981 009	557 222	8 423 787	8 731 834	651 111	8 080 723
Resp. Civil Geral	12 382	-	12 382	612	-	612
Proteção Jurídica	-	-	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-	-	-
Total	9 002 559	557 222	8 445 337	8 743 046	651 111	8 091 935

A provisão para sinistros inclui uma provisão, estimada no montante de 457.602 euros (em 2017 era de 490.129 euros), relativa aos sinistros ocorridos antes do final do ano e ainda não reportados (IBNR). Inclui, ainda, uma estimativa, no montante de 232.037 euros (em 2017 era de 291.231 euros), para encargos de gestão relativos à regularização dos sinistros pendentes declarados.

Abaixo seguem os triângulos atuariais relativos à provisão para sinistros, bem como a indicação dos montantes pagos para os anos de ocorrência.

(valores em euros)											
Ano	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
2008	2 521 884	838 760	793 531	511 347	343 504	194 111	128 180	60 147	19 444	16 355	504
2009	-	6 201 632	2 600 912	1 605 871	1 474 104	1 307 783	1 043 574	610 725	551 109	101 764	178 663
2010	-	-	7 738 759	1 909 137	1 214 034	766 203	455 024	186 770	211 072	131 074	92 602
2011	-	-	-	6 997 198	1 952 212	1 207 313	1 370 455	945 859	1 067 255	588 836	211 746
2012	-	-	-	-	4 893 399	825 498	400 775	352 244	259 784	367 177	239 535
2013	-	-	-	-	-	4 204 532	962 935	661 294	776 956	634 534	658 771
2014	-	-	-	-	-	-	3 720 116	1 095 028	667 604	667 677	1 031 114
2015	-	-	-	-	-	-	-	3 840 423	1 370 994	568 088	355 520
2016	-	-	-	-	-	-	-	-	4 744 311	1 321 497	745 141
2017	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4 346 010	1 405 525
2018	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4 083 439
Montantes pagos para os anos de ocorrência	1 855 418	7 558 358	9 517 242	11 020 490	11 004 731	9 901 412	9 294 748	8 993 318	8 279 497	10 664 592	9 425 440

O desenvolvimento da provisão para sinistros relativo a sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos, em 2018, é o seguinte:

(valores em euros)				
Desenvolvimento da provisão para sinistros relativa a sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos (correções)	Provisão para sinistros em 31/12/17 (1)	Custos com sinistros* Montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros* em 31/12/18 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Não Vida				
Acidentes Pessoais	8 077	10 140	3 721	5 784
Doença	2 523	8 731	-	6 208
Automóvel	8 731 834	4 237 110	4 913 773	419 049
Responsabilidade Civil	8 395 997	4 063 233	4 790 331	457 568
Outras coberturas	335 837	173 877	123 442	(38 518)
Resp. Civil Geral	612	1 898	1 626	2 913
Proteção jurídica	-	3 039	-	3 039
Assistência	-	17 126	-	17 126
Total	8 743 046	4 278 044	4 919 120	454 118

* Sinistros ocorridos em 2017 e anteriores

Em 2017, a mesma decomposição foi de acordo com o seguinte quadro:

(valores em euros)

Desenvolvimento da provisão para sinistros relativa a sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos (correções)	Provisão para sinistros em 31/12/16 (1)	Custos com sinistros* Montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros* em 31/12/17 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
Não Vida				
Acidentes Pessoais	15.016	12.121	2.242	(653)
Doença		8.607	-	8.607
Automóvel	9.653.512	5.378.614	4.394.794	119.896
Responsabilidade Civil	9.068.892	4.938.322	4.311.879	181.309
Outras coberturas	584.620	440.292	82.915	(61.413)
Resp. Civil Geral	-	518	-	518
Proteção jurídica	-	6.036	-	6.036
Assistência	-	28.723	-	28.723
Total	9.668.528	5.434.618	4.397.036	163.126

* Sinistros ocorridos em 2016 e anteriores

No final do exercício de 2018, os custos com sinistros brutos, por ramo, são os seguintes:

(valores em euros)

Ramos/Grupos de ramos	Montantes pagos - prestações (1)	Montantes pagos - Custos de gestão imputados (2)	Provisão para sinistros (variação) (3)	Custos com sinistros 2018 (4)=(1)+(2)+(3)
Seguro Direto				
Acidentes Pessoais	17 478	1 898	1 092	20 468
Doença	34 284	3 750	(2 523)	35 511
Automóvel	8 838 782	444 279	115 963	9 399 024
Responsabilidade Civil	8 050 545	350 100	128 048	8 528 693
Outras coberturas	788 237	94 179	(12 085)	870 331
Resp. Civil Geral	3 051	2 842	11 770	17 663
Proteção jurídica	-	11 917	-	11 917
Assistência	-	67 159	-	67 159
Total	8 893 595	531 845	126 301	9 551 741

Os custos com sinistros, a 31 de dezembro de 2017, eram como segue:

(valores em euros)

Ramos/Grupos de ramos	Montantes pagos - prestações (1)	Montantes pagos - Custos de gestão imputados (2)	Provisão para sinistros (variação) (3)	Custos com sinistros 2017 (4)=(1)+(2)+(3)
Seguro Direto				
Acidentes Pessoais	15.769	2.080	(4.962)	12.887
Doença	40.622	5.211	2.523	48.357
Automóvel	10.039.252	468.538	(895.253)	9.612.538
Responsabilidade Civil	8.869.670	364.358	(691.056)	8.542.972
Outras coberturas	1.169.583	104.180	(204.197)	1.069.565
Resp. Civil Geral	909	1.354	612	2.874
Proteção jurídica	-	15.777	-	15.777
Assistência	-	75.080	-	75.080
Total	10.096.551	568.040	(897.080)	9.767.511

Provisão para riscos em curso

A Provisão para riscos em curso decompõe-se, a 31 de dezembro de 2018 e 2017, como segue:

(valores em euros)

	2018	2017
Provisão para riscos em curso		
Acidentes Pessoais	-	-
Doença	-	-
Automóvel	277 715	856 832
Resp. Civil Geral	-	-
Proteção Jurídica	-	-
Assistência	-	-
Total	277 715	856 832

21. OUTROS DEVEDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E POR OUTRAS OPERAÇÕES

O saldo desta rubrica, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, é analisado como segue:

	(valores em euros)	
	2018	2017
Recibos em cobrança	298 888	283 594
Reembolsos de sinistros	14 245	10 582
Por operações de seguro direto	313 133	294 176
Resseguradores conta corrente	159 351	19 727
Contas a receber por outras operações de resseguro	159 351	19 727
Pessoal	-	-
IDS (Idemnização Direta ao Segurado)	1 184 029	1 017 499
Outros devedores	90 814	80 211
Por outras operações	1 274 843	1 097 710
Outros devedores por operações de seguros e por outras operações	1 747 327	1 411 612

22. ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS

Em 31 de dezembro de 2018 de 2017 as rubricas de ativos e passivos por impostos correntes apresentam a seguinte composição:

	(valores em euros)	
	2018	2017
Ativos por impostos correntes		
Reembolsos Segurança Social	8 476	6 817
Imposto sobre o rendimento	48 960	22 172
Retenções na fonte efetuadas por terceiros	-	-
Total	57 436	28 988
Passivos por impostos correntes		
Imposto sobre o rendimento a pagar		
Retenções na fonte	14 319	16 887
Imposto de selo	95 905	89 138
Taxa FGA	55 427	51 087
Taxa INEM	26 604	24 742
Taxa ASF	15 189	14 395
Contribuições para a Segurança Social e FCT	23 783	28 323
IVA	2 164	2 760
Total	233 391	227 333

O montante de impostos diferidos e correntes reconhecidos nos resultados do exercício pode ser analisado como segue:

	(valores em euros)	
	2018	2017
Imposto Corrente	9 481	15 086
Imposto Diferido	414 139	(420 912)
Imposto sobre o rendimento do exercício	423 621	(405 827)

Em 31 de dezembro de 2018 estima-se um imposto corrente sobre o rendimento do exercício no montante de 9.481 euros, respeitante a tributações autónomas. Neste exercício a Companhia apresenta prejuízo fiscal, pelo que não se encontra registado qualquer valor respeitante a IRC estimado do exercício, para além das tributações autónomas.

Os quadros seguintes evidenciam a reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva, nos exercícios de 2018 e 2017:

	(valores em euros)	
	2018	
	Imposto	Taxa
Resultado antes de impostos - exercício de 2018	(293 772)	21,00%
IRC sobre o resultado antes de impostos	(61 692)	
Ajustamentos fiscais		
Tributação autónoma	9 481	
Outros	475 832	
Imposto sobre o rendimento do exercício	423 621	

	(valores em euros)	
	2017	
	Imposto	Taxa
Resultado antes de impostos - exercício de 2017	(2 062 269)	21,00%
IRC sobre o resultado antes de impostos	(433 076)	
Ajustamentos fiscais		
Tributação autónoma	15 086	
Outros	12 164	
Imposto sobre o rendimento do exercício	(405 827)	

A taxa de imposto diferido para a Companhia é analisada como segue:

	2018	2017
Taxa IRC (a)	21,0%	21,0%
Taxa Derrama Municipal	1,5%	1,5%
Taxa Derrama Estadual	-	-
Total (b)	22,5%	22,5%

(a) aplicada aos impostos diferidos associados a prejuízos fiscais

(b) aplicada aos impostos diferidos associados a diferenças temporárias

Os impostos diferidos reconhecimentos no balanço são como segue:

	(valores em euros)			
	2018	Varição reconhecida em resultados	Varição em Capitais Próprios	2017
Impostos Diferidos Ativos	869 613	(414 139)	220 942	1 062 811
POR DIFERENÇAS TEMPORÁRIAS	237 694	21 793	220 942	(5 040)
Reserva de justo valor	15 249	-	220 942	-205 693
Provisões e imparidades não aceites	222 446	21 793	-	200 653
POR PREJUÍZOS FISCAIS	631 919	(435 932)	-	1 067 851
Impostos Diferidos Passivos	-	-	-	-
Impostos Diferidos Ativos/(Passivos) líquidos	869 613	(414 139)	220 942	1 062 811

Os impostos diferidos ativos de prejuízos fiscais por ano de caducidade são analisados como segue:

	(valores em euros)		
	2017	2016	2015
2022	207 828		
2027			69 110
2028		354 980	

O reporte de prejuízos fiscais reconhecidos nas contas da Companhia têm por base o Plano de Negócios aprovado pelo Conselho de Administração para o período compreendido entre 2018 e 2028. A recuperabilidade dos impostos diferidos ativos depende da verificação dos pressupostos assumidos no referido Plano de Negócios, sendo determinante a evolução da conjuntura económico-financeira e do mercado.

23. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Nesta rubrica do ativo e passivo estão contabilizados em 2018 e 2017 os seguintes acréscimos e diferimentos:

	(valores em euros)	
	2018	2017
Acréscimos e diferimentos ativos		
Outros gastos diferidos	43 875	31 321
Total	43 875	31 321
Acréscimos e diferimentos passivos		
Acréscimos de custos com remunerações	(203 142)	(207 910)
Acréscimos de custos com fornecimentos externos ainda não faturados ou não rececionados	(125 606)	(141 982)
Total	(328 747)	(349 892)

O valor registado em Acréscimos de custos com fornecimentos e serviços externos respeita a custos cujas faturas ainda não chegaram à Companhia e que são referentes a ações realizadas no final do exercício.

24. AFETAÇÃO DOS INVESTIMENTOS E DE OUTROS ATIVOS

De acordo com as disposições legais vigentes, a Companhia é obrigada a afetar os seus investimentos e outros ativos pelo total das provisões técnicas, de acordo com os limites estabelecidos pela ASF.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a afetação dos investimentos e de outros ativos é analisada como segue:

	(valores em euros)		
	2018		
	Seguros não vida afetos	Não afetos	TOTAL
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	346 520	-	346 520
Outros investimentos financeiros			
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	3 084	3 084
Ativos financeiros disponíveis para venda			
Instrumentos de capital e unidades de participação	5 159 934	-	5 159 934
Títulos de dívida	10 875 070	-	10 875 070
Empréstimos concedidos e contas a receber			
Outros depósitos	-	-	-
Investimentos a deter até à maturidade			
Títulos de dívida	1 002 434	-	1 002 434
Outros ativos tangíveis	2 114	8 456	10 571
Outros ativos	-	4 381 339	4 381 339
Total	17 386 071	4 392 880	21 778 951

(valores em euros)

	2017		
	Seguros não vida afetos	Não afetos	TOTAL
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	194.479	-	194.479
Outros investimentos financeiros			
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	2.734	2.734
Ativos financeiros disponíveis para venda			
Instrumentos de capital e unidades de participação	6.396.168	-	6.396.168
Títulos de dívida	5.912.053	-	5.912.053
Empréstimos concedidos e contas a receber			
Outros depósitos	-	-	-
Investimentos a deter até à maturidade			
Títulos de dívida	2.140.474	-	2.140.474
Outros ativos tangíveis	25.094	100.376	125.470
Outros ativos	-	4.267.343	4.267.343
Total	14.668.268	4.370.454	19.038.722

A percentagem de cobertura das provisões técnicas pelos ativos afetos às provisões técnicas da Companhia é, no exercício de 2018, de 136% (2017: 115%).

Não foram efetuadas alterações nos critérios de afetação dos ativos.

25. OUTROS CREDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E POR OUTRAS OPERAÇÕES

O detalhe desta rubrica, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, é analisado como segue:

(valores em euros)

	2018	2017
Estornos a pagar	4 296	13 057
Prémios recebidos antecipadamente	291 757	240 442
Por operações de seguro direto	296 053	253 498
Resseguradores conta corrente	101 642	-
Por outras operações de resseguro	101 642	-
Fornecedores	65 558	215 559
Pessoal	1 304	694
Outros credores	24 958	364 820
Por outras operações	91 820	581 074
Outros credores por operações de seguros e por outras operações	489 515	834 572

26. CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de dezembro de 2018, o Capital próprio da Companhia ascende ao valor de 7.937 milhares de euros.

Capital

O capital da Sociedade encontra-se representado por um milhão e quinhentos mil ações nominativas, com valor nominal de 5 euros cada, as quais se encontravam subscritas e realizadas na totalidade pela Montepio Seguros SGPS, SA.

Outros Instrumentos de Capital

Por deliberação do Acionista – Montepio Seguros SGPS, em maio e em dezembro de 2018 foi efetuado um reforço de fundos próprios da N Seguros, nos valores de 2,5 milhões de euros e 2 milhões de euros, respetivamente. O aumento dos fundos próprios foi realizado através do reforço de 4,5 milhões de euros de Prestações Acessórias sob a forma de Prestações Suplementares de Capital, efetuado pela Montepio Seguros SGPS.

Reserva de reavaliação

As reservas de reavaliação são analisadas como segue:

	(valores em euros)	
	2018	2017
Reservas:		
Justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	(66 349)	917 399
Justo valor de ativos financeiros reclassificados	(1 422)	(3 208)
Reserva por impostos diferidos	15 249	(205 693)
Total	(52 523)	708 498

Outras Reservas

Nesta rubrica estão registados 1.688 milhares de euros em Reservas Livres e 30.214 em Reserva Legal.

Resultado por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado atribuível aos detentores de capital próprio ordinário pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, excluindo o número médio de ações próprias detidas pela Companhia.

	(valores em euros)	
	2018	2017
Resultado Líquido do Exercício	(717 393)	(1 656 442)
Número total de ações (Nota 28)	1 500 000	1 500 000
Resultado por ação	-0,48	-1,10

27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Conforme definido na IAS 24, são consideradas partes relacionadas da N Seguros as empresas subsidiárias e associadas da Associação Mutualista Montepio Geral, bem como os membros do Conselho de Administração e dos elementos chave de gestão. São considerados elementos chave de gestão os diretores de primeira linha. Para além dos membros do Conselho de Administração e dos elementos chave de gestão são igualmente consideradas partes relacionadas as pessoas que lhes são próximas e entidades por eles controladas ou cuja gestão exercem influência significativa.

Por via da celebração de um contrato de compra e venda de ações, celebrado em 23/12/2016, a N Seguros passou a ser detida a 100% pela Montepio Seguros SGPS, SA, cujo capital é detido em 89,546% pela Montepio Geral – Associação Mutualista, 8,348% pela Lusitania, Companhia de Seguros S.A, e 2,105% pela Lusitania Vida, Companhia de Seguros S.A.

Nos exercícios de 2018 e 2017 foram atribuídas as seguintes remunerações aos membros dos Órgãos sociais e Direção Executiva:

	(valores em euros)	
	2018	2017
Conselho Fiscal	12 725	12 725
	12 725	12 725
Conselho de Administração *		
Remunerações	19 221	19 220
Encargos sociais	4 462	5 056
	23 683	24 276

* Remuneração do Administrador executivo *

O Conselho de Administração da Companhia é composto por 3 elementos com funções executivas: Fernando Dias Nogueira, António Paulo da Silva Gonçalves Raimundo e Paulo José Martins Jorge da Silva. Só o segundo auferiu remuneração pelo cargo exercido.

A remuneração do Conselho Fiscal decompõe-se da seguinte forma:

	(valores em euros)	
	2018	2017
Conselho Fiscal		
Presidente do Conselho Fiscal	4 920	4 920
1º Vogal	4 305	4 305
2º Vogal *	3 500	3 500
	12 725	12 725

(valor dos serviços prestados com IVA incluído)

* isento de IVA

Os Revisores Oficiais de Contas da Companhia, no âmbito da revisão legal de contas, receberam a título de honorários de 2018 o valor de 40.250 euros, excluindo IVA (Nota 8). Adicionalmente foram prestados outros serviços de garantia de fiabilidade no âmbito do reporte.

Atendendo ao disposto no n.º4 do art.63º do CIRC, identificamos a seguir as partes relacionadas com as quais a N Seguros transacionou bens ou serviços nos exercícios de 2018 e 2017:

- Caixa Económica Montepio Geral – Caixa Económica Bancária, S.A.
- Montepio Gestão de Ativos – SGFI, S.A.
- Montepio Crédito – Instituição Financeira de crédito S.A.
- Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.
- Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.
- Montepio Holding SGPS, S.A.

Nos exercícios de 2018 e 2017, as demonstrações financeiras da Companhia incluem os seguintes saldos e transações com entidades relacionadas:

	(valores em euros)						
	2018						
	Lusitania	Lusitania Vida	CEMG	MONTEPIO HOLDING SGPS	MG GA	MG Credito	Total
Ativo							
Depósitos à ordem	-	-	188 640	-	-	-	188 640
Empréstimos concedidos e contas a receber	-	-	-	-	-	-	-
Ativos Financeiros	-	-	-	-	-	-	-
Gastos Diferidos	-	-	-	-	-	-	-
Passivo							
outras operações	1 526	-	-	-	484	-	2 009
Ganhos e Perdas							
Fornecimentos e Serviços Externos	(163 537)	(48 736)	-	-	(5 824)	(14 707)	(232 804)
Juros de investimentos	-	-	-	-	-	-	-
Imparidades	-	-	-	-	-	-	-

	(valores em euros)						
	2017						
	Lusitania	Lusitania Vida	CEMG	MONTEPIO HOLDING SGPS	MG GA	MG Credito	Total
Ativo							
Depósitos à ordem	-	-	43 772	-	-	-	43 772
Empréstimos concedidos e contas a receber	-	-	-	-	-	-	-
Ativos Financeiros	-	-	-	-	-	-	-
Gastos Diferidos	-	-	-	-	-	-	-
Passivo							
Outros credores por operações de seguros e outras operações	339 282	-	-	-	621	-	339 903
Ganhos e Perdas							
Fornecimentos e Serviços Externos	(161 809)	(28 362)	-	-	(7 597)	(16 059)	(213 827)
Juros de investimentos	-	-	200	-	-	-	200
Imparidades	-	-	-	-	-	-	-

28. GESTÃO DE RISCOS DA ATIVIDADE

Com a entrada em vigor, em 2016, do regime prudencial Solvência II (após a transposição da Diretiva Solvência II, através da Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro), no exercício 2018 foi dada continuidade ao desenvolvimento de uma gestão de risco integrada nas atividades da Companhia, assegurando que os objetivos estratégicos e de negócio eram mantidos. No normativo está estabelecido um período transitório de dois anos, para que as empresas de seguros atinjam o nível de solvência (SCR) de 100%. Para além deste período transitório, estão previstas medidas transitórias e de longo prazo para implementação plena do regime Solvência II. Estas medidas encontram-se estabelecidas na Norma Regulamentar n.º 6/2015-R, de 17 de dezembro, da ASF.

A N Seguros, em plena articulação com a Lusitania, tem definido um Plano Diretor de Gestão Integrada de Riscos e Solvência II, que se encontra em processo de implementação, onde estão descritas ações com vista à evolução do modelo de governação e medidas que contemplam aspetos que contribuem para a definição do modelo de gestão integrada do risco. A concretização dessas medidas está refletida

nos diversos instrumentos que definem as políticas e procedimentos da Companhia. Estas alterações têm, também, em consideração as orientações publicadas pela Autoridade de Supervisão Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma, relativas aos mecanismos de governação no âmbito do regime Solvência II.

De acordo com o que está estabelecido na legislação, os dados definitivos da margem de solvência serão divulgados publicamente durante o próximo mês de abril através do Relatório sobre a solvência e a situação financeira.

Estão igualmente definidos, o apetite e os limites de tolerância ao risco incorridos pela Companhia, e aprovadas as estratégias e políticas que orientam a gestão de risco. A N Seguros tem como compromisso prioritário a implementação de mecanismos de avaliação e gestão de risco integrados em um sistema de gestão de riscos.

Os objetivos da N Seguros compreendem a identificação, avaliação, mitigação, monitorização e controlo dos riscos diretamente associados à atividade seguradora, bem como dos riscos subjacentes à atividade. A gestão do sistema de gestão de riscos é um processo contínuo e é desenvolvido aos diferentes níveis da Companhia. Este sistema, conjuntamente com o Sistema de Controlo Interno constituem instrumentos de gestão para a administração da N Seguros. A implementação do modelo é suportada numa estratégia descentralizada de gestão de risco, baseando-se numa abordagem dual, isto é, através de análises do tipo *top-down* e *bottom-up*.

A N Seguros está exposta a uma diversidade de riscos inerentes aos seus ativos financeiros, ativos de resseguro e passivos. Existe um conjunto de riscos diretamente relacionados com a gestão financeira da Companhia, abrangendo as funções investimento, financiamento e gestão integrada dos ativos e passivos financeiros, e, ainda, riscos que não estão diretamente relacionados com a gestão dos contratos de seguro ou dos sinistros, destacando-se em particular, os riscos de mercado, de crédito e de liquidez.

Estes riscos estão detalhados na Tabela de Riscos que se encontra disponível na Cadeia de Valor da N Seguros e são comunicados a todos os elementos da Companhia, dada a sua importância para a atividade da empresa.

Os principais riscos a que a Companhia se encontra exposta são os seguintes:



Risco Específico de Seguros

O Risco Específico de Seguros refere-se a todos os riscos inerentes à atividade seguradora, excluindo os elementos cobertos pelos riscos financeiro e operacional. É o risco de perda, ou de evolução desfavorável do valor dos elementos do passivo decorrente da atividade, devido a uma fixação de preços inadequada e a pressupostos de provisionamento incorretos.

Tais perdas podem ter origem numa multiplicidade de fatores, como, por exemplo deficientes processos de desenho e tarifação dos produtos, análise e subscrição do risco, provisionamento das responsabilidades, gestão de sinistros e resseguro.

O detalhe dos sub-riscos associados a esta categoria de risco encontra-se descrito no capítulo do perfil de risco no Relatório sobre a Solvência e Situação Financeira (SFCR).

O risco específico de seguros pode ser mitigado pela política de resseguro, através da qual, uma parte dos riscos assumidos pela Companhia de Seguros é transferida para uma resseguradora ou um conjunto de resseguradores.

Um dos riscos mais relevantes é o de subscrição. Representa os vários tipos de riscos que estão direta ou indiretamente associados às bases técnicas de cálculo dos prémios e das provisões, cujo efeito, aumento da frequência de sinistralidade ou acréscimo excessivo das despesas de gestão, pode gerar incapacidade no cumprimento das responsabilidades. Podem assumir a forma de subtarifação, traduzindo o cálculo insuficiente de prémios, de resseguro, que derivam da aquisição de coberturas que se manifestam limitadas face às responsabilidades assumidas ou de riscos associados a grandes perdas, como os riscos catastróficos.

O risco de prémios ou de subtarifação é controlado por modelos atuariais que, por um lado, calculam o valor dos prémios, nos termos da política de aceitação, desenvolvendo linhas de orientação para a subscrição dos novos contratos e, por outro lado, monitorizam o padrão de provisionamento, mitigando o risco das provisões. A exposição aos maiores riscos está devidamente assegurada pela estratégia de mitigação de riscos através dos respetivos tratados de resseguro, a cargo de um conjunto de resseguradores líderes de mercado.

A concentração de riscos pode levar a perdas potenciais consideráveis, pelo que a Companhia tem realizado um esforço, nos últimos anos, em diversificar o seu negócio, não apenas ao nível de clientes, mas também ao nível de produtos.

A N Seguros efetua análises de sensibilidade no decurso dos estudos atuariais para determinar a adequabilidade dos prémios e do índice de provisionamento e respetivos impactos ao nível do resultado.

Com o intuito de verificar o ajustamento das estimativas de sinistros não declarados efetuadas em 2018 aos valores efetivamente verificados, apurou-se uma margem de conforto considerável:

Resumo do Custo com Sinistros IBNR Verificado Vs. Estimado

Ano Ocorrência	Utilização IBNR		
	Previstos	Verificados	Diferença
2009	0	68.501	-68.501
2010	0	-24.005	24.005
2011	0	-870	870
2012	0	-12.841	12.841
2013	0	187.870	-187.870
2014	0	2.584	-2.584
2015	18.957	1.848	17.109
2016	41.471	31.953	9.518
2017	340.117	239.511	100.605
Total	400.544	494.550	-94.006

Resumo dos sinistros IBNR de Responsabilidade Civil Verificados Vs. Estimados

	RC D Materiais			RC D Corporais			Outras Coberturas		
	Previstos	Verificados	Diferença	Previstos	Verificados	Diferença	Previstos	Verificados	Diferença
2009	-	1	(1)	-	-	-	-	-	-
2010	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2011	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2013	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2014	-	-	-	-	-	-	-	2	(2)
2015	6	4	2	2	2		5	3	2
2016	14	13	1	4	1		7	4	3
2017	210	189	21	14	1		101	38	63
Total	230	207	23	20	4	0	113	47	66

Com o objetivo de testar a sensibilidade da variável mais relevante na Companhia optou-se por efetuar uma alteração na taxa de sinistralidade líquida de Resseguro, onde se concluiu que uma variação de 5 pontos percentuais nesta variável (€400.502,75, relativamente a sinistros do exercício), implica uma alteração de €654.590,70 no resultado.

Por outro lado, a N Seguros realiza análises de sensibilidade às principais rubricas de custos relacionados com a gestão do negócio, avaliando os eventuais impactos nos resultados antes de impostos:

2018 Euros	Variação custos com sinistros									
	-20%	-15%	-10%	-5%	0	5%	10%	15%	20%	
Variação custos de exploração	-20%	3.138	2.543	1.949	1.354	709	(219)	(1.155)	(2.091)	(3.028)
	-15%	3.017	2.423	1.828	1.234	535	(398)	(1.334)	(2.271)	(3.207)
	-10%	2.897	2.302	1.708	1.113	359	(578)	(1.514)	(2.450)	(3.386)
	-5%	2.776	2.182	1.587	993	179	(757)	(1.693)	(2.629)	(3.566)
	0%	2.656	2.061	1.467	872	0	(936)	(1.873)	(2.809)	(3.745)
	5%	2.535	1.941	1.346	744	(179)	(1.116)	(2.052)	(2.988)	(3.924)
	10%	2.414	1.820	1.226	570	(359)	(1.295)	(2.231)	(3.168)	(4.104)
	15%	2.294	1.699	1.105	396	(538)	(1.474)	(2.411)	(3.347)	(4.283)
	20%	2.173	1.579	985	219	(718)	(1.654)	(2.590)	(3.526)	(4.463)

As provisões para sinistros, apuradas pela função atuarial e certificadas posteriormente pelo Atuário Responsável de Solvência II, revelaram uma margem de conforto que permite frisar a suficiência das provisões face à estimativa das responsabilidades conhecidas ou emergentes no âmbito do exercício de 2018 e anteriores.

Em relação à suficiência das tarifas, os prémios revelaram-se suficientes face aos custos decorrentes da atividade na generalidade dos ramos.

Os rácios de sinistralidade são analisados como se segue:

Ramo	2018	2017
Automóvel	80,2%	84,9%
Acidentes Pessoais	45,9%	30,9%
Doença	40,1%	44,7%
Resp. Civil Geral	29,8%	13,7%
Total	79,5%	84,2%

B. Risco de Mercado

O risco de mercado encontra-se associado a flutuações adversas no valor dos ativos, passivos e outros instrumentos financeiros da Companhia, relacionadas com as volatilidades dos mercados de capitais, mercados cambiais, das taxas de juro e do valor imobiliário. Estas flutuações (adversas) podem

traduzir-se em perdas económicas, e no limite, a uma deterioração dos níveis de solvência. Este grupo de riscos, também se encontra relacionado com o risco de *mismatching* entre ativos e passivos associados a responsabilidades de longo prazo.

A exposição aos riscos financeiros é um reflexo da política de investimentos da Companhia, da política e da política de gestão de liquidez, enquadradas por critérios de prudência na seleção de ativos, próprios da atividade seguradora.

Os riscos financeiros encontram-se detalhadas no capítulo do perfil de risco, no Relatório sobre a Solvência e Situação Financeira (SFCR).

Nas componentes dos riscos de taxa de juro, acionista e imobiliário, a Companhia, acompanha a sua evolução, tendo em conta a valorização dos ativos a preços de mercado, e analisa um conjunto de indicadores, entre os quais se conta o VaR dos títulos financeiros, que apresentam preços em mercados líquidos. O objetivo é acompanhar as tendências que podem afetar as carteiras de investimento da Companhia.

Tipo de taxa da carteira de obrigações

	2018		2017	
	Valor	%	Valor	%
Fixa	10.937.604	92,1%	7.679.995	95,4%
Variável	664.225	5,6%	0	0,0%
Defaulted	275.674	2,3%	372.532	4,6%
TOTAL	11.877.503	100,0%	8.052.527	100,0%

No caso das análises de sensibilidade, os indicadores são acompanhados para a classe de investimento mais relevantes: as obrigações.

Evolução da *duration* (D) e convexidade (C) da carteira de obrigações:

4º T 2018		4º T 2017	
D	C	D	C
5,1	43,2	4,1	30,8

O valor da *duration* da carteira de obrigações global sofreu aumento no final de 2018, refletindo uma maior da exposição às variações nas taxas de juro. Esta situação decorre do aumento da exposição da carteira a esta classe de ativos.

Sensibilidade a efeitos isolados – Taxas de Juro:

Variação Taxa de Juro

Carteira de Obrigações em Análise - 2018

-1%	0%	1%	<i>Duration</i>	<i>Convexidade</i>
12.508.911	11.877.503	11.297.406	5,1	43,2

Variação Taxa de Juro

Carteira de Obrigações em Análise - 2017

-1%	0%	1%	<i>Duration</i>	<i>Convexidade</i>
8.395.082	8.052.527	7.734.774	4,1	30,8

O risco de mercado inclui o risco de *spread* que está associado a uma possível alteração da situação creditícia dos emitentes de valores mobiliários. A exposição ao risco advém, assim, das transações financeiras da Companhia com emitentes de valores mobiliários. O risco de crédito é gerido, essencialmente com base na política de gestão de investimentos em vigor na Companhia.

No eixo dos emitentes de valores mobiliários, é efetuada uma gestão e monitorização permanente das carteiras de títulos conjunta entre a Direção Financeira – departamento de Investimentos e uma entidade especializada em investimentos para entidades institucionais (Companhias de Seguros, Fundos de Pensões, Fundações, Gestão de Patrimónios, ...).

Rating da carteira de obrigações

	2018		2017	
	Valor	%	Valor	%
AAA	-	0%	-	0%
AA	-	0%	-	0%
AA-	-	0%	-	0%
A+	-	0%	-	0%
A	-	0%	-	0%
A-	-	0%	-	0%
BBB+	304.094	3%	-	0%
BBB	6.542.524	55%	3.721.120	46%
BBB-	3.033.765	26%	2.089.389	26%
BB+	429.908	4%	606.087	8%
BB	-	0%	225.693	3%
BB-	-	0%	-	0%
B+	-	0%	-	0%
B	1.025.413	9%	-	0%
B-	-	0%	-	0%
n.a.	541.799	5%	1.410.239	18%
Total	11.877.503	100%	8.052.527	100%

A componente do risco de concentração trata o risco que resulta de uma elevada exposição a determinadas fontes de risco, tais como categorias de ativos com potencial de perda suficientemente grande, ou investimentos agregados numa única contraparte ou num número de contrapartes positivamente correlacionadas, bem como a determinados setores de atividade e zonas geográficas, resultando na ameaça da situação financeira ou da solvência da empresa.

Abaixo se apresenta a carteira de obrigações distribuída por setor do emitente:

	2018		2017	
	Valor	%	Valor	%
Materiais Básicos		0%		0%
Comunicações	209 267	2%	225 531	3%
Bens de Consumo, Cíclico		0%		0%
Bens de Consumo, Não Cíclico		0%		0%
Energia		0%		0%
Financeiro	2 326 661	20%	575 837	7%
Estatal	7 389 920	62%	4 534 991	56%
Matérias Primas	500 133	4%	2 117 943	26%
Industrial	486 766	4%	225 693	3%
Diversificado	964 756	8%	372 532	5%
Total	11 877 503	100%	8 052 527	100%

C. Risco de Liquidez

Risco que advém da possibilidade da Companhia não deter ativos com liquidez suficiente para fazer face aos requisitos de fluxos monetários para cumprir com responsabilidades para com os tomadores de seguros, credores e outras contrapartes, quando elas forem devidas.

A N Seguros tem definido processos regulares de gestão das necessidades de liquidez que permitem assegurar o cumprimento das obrigações previstas e a aplicação financeira dos excedentes verificados nas contas bancárias.

Adicionalmente, a Companhia monitoriza (em articulação com a Lusitania) e com adequada regularidade, a maturidade dos seus produtos segundo os princípios definidos na Política de Liquidez, no sentido de adequar o vencimento dos seus instrumentos financeiros às datas de vencimentos dos seus compromissos registados no passivo.

	2018		2017	
	Valor	%	Valor	%
Chipre	433.008	4%	-	0
Espanha	399.219	3%	103.694	1%
EUA	593.957	5%	-	0
Grécia	1.025.413	8%	-	0
Holanda	1.384.386	12%	1.080.236	13%
Itália	1.425.266	12%	225.531	3%
Luxemburgo	285.988	2%	-	0
Noruega	315.604	3%	-	0
Portugal	5.471.950	46%	6.067.229	75%
Suíça	542.712	5%	575.837	7%
Total	11.877.503	100%	8.052.527	100%

As maturidades relativas aos instrumentos financeiros são analisadas como se segue:

(valores em euros)

Risco de Liquidez 2018	Maturidade				Total
	Até 12 meses	1-2 anos	2-5 anos	>=5 anos	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	346.520				346.520
Ativos financeiros detidos para negociação					
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas					
Outros investimentos	3.084				3.084
Ativos disponíveis para venda	5.435.608	372.614	3.628.539	6.598.243	16.035.004
Dívida Pública	0	372.614	2.737.666	4.189.664	7.299.945
Outros Emissores	275.674		890.873	2.408.578	3.575.125
Outros instrumentos de capital e unid. Participação	5.159.934				5.159.934
Empréstimos e contas a receber	0				0
Outros depósitos	0				0
Investimentos a deter até à maturidade	0	1.002.434	0		1.002.434
Dívida Pública		89.975			89.975
Outros Emissores		912.459			912.459
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	1.730.415				1.730.415
Total dos Ativos Financeiros	7.515.627	1.375.048	3.628.539	6.598.243	19.117.456
Passivos Financeiros					0
Outros credores por operações de seguros e outras operações	489.515				489.515
Total dos Passivos Financeiros	489.515	0	0	0	489.515
Líquido	7.026.112	1.375.048	3.628.539	6.598.243	18.627.941

Risco de Liquidez 2017	Maturidade				Total
	Até 12 meses	1-2 anos	2-5 anos	>=5 anos	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	194.479				194.479
Ativos financeiros detidos para negociação					
Ativos financeiros classificados ao justo valor através de					
Outros investimentos	2.734				2.734
Ativos disponíveis para venda	6.768.700		2.218.013	3.321.508	12.308.221
Dívida Pública	0		1.824.865	2.520.141	4.345.005
Outros Emissores	372.532		393.148	801.368	1.567.048
Outros instrumentos de capital e unid. Participação	6.396.168				6.396.168
Empréstimos e contas a receber	0				0
Outros depósitos	0				0
Investimentos a deter até à maturidade	1.139.206		1.001.268		2.140.474
Dívida Pública	101.499		88.487		189.986
Outros Emissores	1.037.706		912.782		1.950.488
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	1.393.711				1.393.711
Total dos Ativos Financeiros	9.498.829	0	3.219.281	3.321.508	16.039.619
Passivos Financeiros					0
Outros credores por operações de seguros e outras operações	834.572				834.572
Total dos Passivos Financeiros	834.572	0	0	0	834.572
Líquido	8.664.257	0	3.219.281	3.321.508	15.205.046

D. Risco de Crédito

O risco de crédito (ou de incumprimento) está associado à possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da alteração da situação creditícia das contrapartes (tomadores de seguros e resseguradoras) ou quaisquer devedores a que a Companhia se encontra exposta. O âmbito da

definição deste risco inclui contratos de mitigação de risco, tais como tratados de resseguro, securitizações e derivados.

Esta abordagem é complementada pela introdução de melhorias contínuas quer no plano das metodologias de ferramentas de avaliação e controlo dos riscos, quer ao nível dos procedimentos e circuitos de tomada de decisão.

No que se refere aos resseguradores, estes são seleccionados criteriosamente, em função não somente da respetiva capacidade de suporte técnico e geração de valor para a Companhia, como também da solidez económico-financeira que evidenciam.

Painel de resseguradores e respetivo *rating*

2018	
Ressegurador	Rating
Swiss Re (leader)	AA-
Münchener Rück	AA-
Covea Coopérations	A+
Mapfre Re	A
Nacional Reaseguros	A
Odyssey Re	A-
PartnerRe	A+
R+V Versicherungs	AA-
SCOR	AA-

E. Risco Operacional

Trata-se de riscos de perdas resultantes da inadequação ou falha nos procedimentos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos. Está associado a eventos como fraudes, falhas de sistemas e ao não cumprimento das normas e regras estabelecidas. Inclui ainda, por exemplo, o risco resultante de falhas no governo da sociedade, nos sistemas, nos contratos de prestação de serviços em *outsourcing* e no plano de continuidade do negócio.

No âmbito da implementação da *framework* de Risco Operacional, com o princípio orientador a gestão descentralizada do Risco, e de modo a mitigar o risco operacional elevou-se o grau de informação na Cadeia de Valor, com um novo desenvolvimento para identificar os riscos associados a cada processo, bem como frequências, impactos e respetivos controlos - Modelo de Autoavaliação dos Riscos e dos Controlos dos processos de negócio. Adicionalmente, encontra-se já desenvolvido um modelo com indicadores de gestão operacional referente a processos críticos de negócio.

Em simultâneo, encontra-se em execução um processo de identificação, registo e controlo de irregularidades identificadas num determinado período, com a respetiva quantificação, tendo como objetivo o *input* para um *Datamart* de dados históricos. Através deste modelo, a Companhia monitoriza de forma quantitativa e qualitativa os riscos operacionais não capturados pela fórmula *standard*. Os eventos do risco operacional estão associados às perdas resultantes de operações diárias da empresa e das entidades com que se relaciona.

A Plataforma de Registo de Eventos de Risco foi desenvolvida com o objetivo de construir uma base de dados histórica interna que possibilita a identificação de falhas nos controlos e de ações de mitigação dos riscos, bem como a compreensão da exposição corrente ao risco operacional, identificando as áreas com maior incidência.

O reporte das perdas financeiras identificadas nos eventos registados abrange a análise de tendências, das recuperações efetuadas e das perdas por categoria de risco ou linha de negócio. O registo dos eventos promove, ainda, a qualidade ao nível das operações e constitui um elemento crucial para o futuro desenvolvimento de um modelo interno de gestão integrada de risco operacional através de capital económico.

A N Seguros, em integração com a Lusitania, implementou um Sistema de Gestão da Segurança da Informação (SGSI), de acordo norma ISO 27001, e que responde aos requisitos para o estabelecimento, implementação, operação, monitorização, revisão, manutenção e melhoria de um sistema documentado de gestão da segurança da informação, no contexto dos riscos da atividade da Companhia.

No âmbito da segurança, é realizado periodicamente um teste ao Plano de Continuidade de Negócio (PCN) e à capacidade de recuperar o funcionamento das diversas unidades operacionais. O teste foi realizado em ambiente externo tendo sido verificada a capacidade de acolher postos de trabalho para fazer face a uma situação de desastre, tendo sido detetados alguns aspetos a melhorar no âmbito da monitorização continua. Os testes evidenciaram a robustez dos sistemas de informação e a capacidade de resposta dos equipamentos e da equipa responsável, atestando a validade do PCN.

F. Solvência

O atual regime de Solvência II entrou em vigor no dia 01 de Janeiro de 2016 e procura introduzir um enquadramento robusto, prudencial e harmonizado, baseado na análise do perfil de risco de cada empresa de seguros e resseguro de forma a assegurar a identificação dos recursos financeiros necessários, uma governação e gestão de riscos adequada e garantir a transparência e qualidade de informação reportada ao supervisor e público em geral, promovendo a comparabilidade, transparência e competitividade do mercado.

O regime prudencial encontra-se consubstanciado essencialmente através da Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2009/138/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009, relativa ao acesso à atividade de seguros e resseguros e ao seu exercício, aprovando o novo regime jurídico de acesso e exercício da atividade seguradora e resseguradora (RJASR).

Com vista a assegurar o cumprimento do rácio de cobertura no médio prazo, e de acordo com os objetivos estratégicos de gestão do capital, foi deliberado pelo Acionista maioritário – Montepio Seguros SGPS, durante o ano 2018, o reforço de fundos próprios da N Seguros no montante global de 4,5 milhões de euros. O aumento dos fundos próprios foi realizado através do reforço de 4,5 milhões de Prestações Acessórias sob a forma de Prestações Suplementares de Capital, efetuado pela Montepio Seguros.

Deste modo, a concretização desta operação permitiu uma melhoria considerável na margem de solvência, colocando a solvabilidade da Companhia substancialmente acima do Objetivo Mínimo de Capital (110% SCR), de acordo com o *target* definido na Política de Appetite ao Risco.

29. COMPROMISSOS

Em 2018, os montantes registados em Locação respeitam a contratos de locação operacional, relativos ao aluguer de viaturas sem condutor, celebrados com a empresa Montepio Crédito - Instituição Financeira de Crédito, S.A.

Seguem-se os valores das responsabilidades assumidas pela Companhia no exercício de 2018:

	(valores em euros)		
	2018		
	Valores dos contratos	Obrigações futuras até 1 ano	Obrigações futuras de 1 a 5
Aluguer Operacional de Viaturas	95 788	10 652	3 349
Total	95 788	10 652	3 349

Em 2018 as responsabilidades com o aluguer de viaturas sem condutor ascenderam ao valor de 14.175 euros.

30. JUSTO VALOR

O justo valor dos ativos e passivos financeiros que estão registados ao custo amortizado é analisado como segue:

ATIVOS	(valores em euros)			
	2018		2017	
	Valor de balanço	Justo valor	Valor de balanço	Justo valor
Caixa e seus equivalentes e depósitos à orden	346 520	346 520	194 479	194 479
Empréstimos concedidos e contas a receber	-	-	-	-
Investimentos a deter até à maturidade	1 002 434	1 083 128	2 140 474	2 274 600
Outros devedores	1 747 327	1 747 327	1 393 711	1 393 711
Total	3 096 281	3 176 975	3 728 663	3 862 790

PASSIVOS	(valores em euros)			
	2018		2017	
	Valor de balanço	Justo valor	Valor de balanço	Justo valor
Passivos Subordinados	-	-	-	-
Outros Credores	489 515	489 515	834 572	834 572
Total	489 515	489 515	834 572	834 572

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis, o justo valor pode ser estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de *cashflows* descontados, usando para este efeito a taxa de juro sem risco adicionada do *spread* atribuível ao emitente.

Os métodos e pressupostos principais utilizados na determinação do justo valor de ativos e passivos pela Companhia são os seguintes:

Caixa e seus equivalentes

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Empréstimos concedidos e contas a receber e devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outras operações.

Tendo em conta que, por norma, estes ativos são de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor, o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço. A avaliação destes instrumentos é considerada no nível III.

Investimentos detidos até à maturidade

Estes ativos financeiros e os passivos subordinados estão contabilizados ao custo amortizado líquido de imparidade. O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assenta na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as taxas de juro de mercado ajustadas pelos fatores associados, predominantemente o risco de crédito e o risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e prazos respetivos.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os investimentos detidos até à maturidade foram avaliados no nível I.

Outros passivos e credores por operações de seguro direto, de resseguro e outras operações

Tendo em conta que, por norma, estes ativos são de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor, o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço. A avaliação destes instrumentos é considerada no nível III.

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

Tendo em conta o disposto na IAS 10, até à data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, não foram identificados eventos subsequentes que impliquem ajustamentos ou divulgações adicionais.

32. NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS

NORMAS CONTABILÍSTICAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que a Companhia aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, são as seguintes:

IFRS 15 Rédito de contratos com clientes

O IASB, emitiu, em 28 de maio de 2014, a norma IFRS 15 - Rédito de contratos com clientes. A IFRS 15 foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1905/2016, de 22 de setembro de 2016. Com aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2018.

Esta norma revoga as normas IAS 11 - Contratos de construção, IAS 18 - Rédito, IFRIC 13 - Programas de Fidelidade do Cliente, IFRIC 15 - Acordos para a Construção de Imóveis, IFRIC 18 - Transferências de Ativos Provenientes de Clientes e SIC 31 Rédito - Transações de Troca Direta Envolvendo Serviços de Publicidade.

A IFRS 15 determina um modelo baseado em 5 passos de análise por forma a determinar quando o rédito de ser reconhecido e qual o montante. O modelo especifica que o rédito deve ser reconhecido

quando uma entidade transfere bens ou serviços ao cliente, mensurado pelo montante que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo do cumprimento de alguns critérios, o crédito é reconhecido:

- No momento preciso, quando o controlo dos bens ou serviços é transferido para o cliente; ou
- Ao longo do período, na medida em que retrata a performance da entidade.

A Companhia não teve impacto decorrentes da adoção desta norma, considerando que a maioria da sua atividade corresponde a contratos que se enquadram no âmbito do IFRS 4.

IFRIC 22 – Transações me moeda estrangeira e contraprestação de adiantamentos

Foi emitida em 8 de dezembro de 2016 a interpretação IFRIC 22, com data de aplicação obrigatória para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2018.

A nova IFRIC 22 vem definir que, tendo existido adiantamentos em moeda estrangeira para efeitos de aquisição de ativos, suporte de gastos ou geração de rendimentos, ao aplicar os parágrafos 21 a 22 da IAS 21, a data considerada de transação para efeitos da determinação da taxa de câmbio a utilizar no reconhecimento do ativo, gasto ou rendimento (ou parte dele) inerente é a data em que a entidade reconhece inicialmente o ativo ou passivo não monetário resultante do pagamento ou recebimento do adiantamento na moeda estrangeira (ou havendo múltiplos adiantamentos, as taxas que vigorarem em cada adiantamento).

A Companhia não teve qualquer impacto na adoção da presente interpretação.

Outras alterações

Foram ainda emitidas pelo IASB:

- Em 20 de junho de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após, 1 de janeiro de 2018, alterações à IFRS 2 – Classificação e Mensuração de Transações com pagamentos baseados em ações;
- Em 8 de dezembro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após 1 de janeiro de 2018, alterações à IAS 40 – Transferência de propriedades de investimento clarificando o momento em que a entidade deve transferir propriedades em construção ou desenvolvimento de, ou para, propriedades de investimento quando ocorra alteração no uso de tais propriedades que seja suportado por evidência (além do listado no parágrafo 57 da IAS 40);
- Os melhoramentos anuais do ciclo 2014-2016, emitidos pelo IASB em 8 de dezembro de 2016 introduzem alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de julho de 2018 às normas IFRS 1 (eliminação da exceção de curto prazo para aplicantes das IFRS pela primeira vez) e IAS 28 (mensuração de uma associada ou *joint venture* ao justo valor) e com data efetiva em, ou após, 1 de janeiro de 2017 à norma IFRS 12 (clarificação do âmbito de aplicação da norma).

A Companhia não teve qualquer impacto na adoção das referidas alterações.

A Companhia decidiu optar pela não aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações, adotadas pela União Europeia

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010, 2013 e 2014)

A IFRS 9 foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2067/2016, de 22 de novembro de 2016 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de janeiro de 2018).

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. A IFRS 9 (2013) introduziu a metodologia da cobertura. A IFRS 9 (2014) procedeu a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de ativos financeiros.

Os requisitos da IFRS 9 representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos ativos financeiros. A norma contém três categorias de mensuração de ativos financeiros: custo amortizado, justo valor por contrapartida em outro rendimento integral (OCI) e justo valor por contrapartida em resultados. Um ativo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objetivo é deter o ativo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor.

Se o instrumento de dívida for detido no âmbito de um modelo de negócio que tanto capte os fluxos de caixa contratuais do instrumento como capte por vendas, a mensuração será ao justo valor com a contrapartida em outro rendimento integral (OCI), mantendo-se o rendimento de juros a afetar os resultados.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada ação, de apresentação das alterações de justo valor em OCI. Nenhuma desta quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados, por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Nas restantes situações, quer os casos em que os ativos financeiros sejam detidos no âmbito de um modelo de negócio de *trading*, quer outros instrumentos que não tenham apenas o propósito de receber juro e amortização e capital, são mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Nesta situação incluem-se igualmente investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, sendo assim mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um ativo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra e, verificando-se os derivados embutidos, terão de ser mensurados ao justo valor através de resultados. A norma elimina as categorias atualmente existentes na IAS 39 de “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com exceção desta alteração, a IFRS 9 (2010) na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 (2013) introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta de forma mais próxima com a gestão de risco. Os requisitos também estabelecem uma maior abordagem de princípios à contabilidade de cobertura resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de

cobertura da IAS 39. A IFRS 9 (2014) estabelece um novo modelo de imparidade baseado em “perdas esperadas” que substituirá o atual modelo baseado em “perdas incorridas” previsto na IAS 39.

Assim, o evento de perda não mais necessita de vir a ser verificado antes de se constituir uma imparidade. Este novo modelo pretende acelerar o reconhecimento de perdas por via de imparidade aplicável aos instrumentos de dívida detidos, cuja mensuração seja ao custo amortizado ou ao justo valor por contrapartida em OCI.

No caso de o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer nos próximos 12 meses.

Caso o risco de crédito aumente significativamente, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer até à respetiva maturidade, aumentando assim a quantia de imparidade reconhecida. Uma vez verificando-se o evento de perda (o que atualmente se designa por “prova objetiva de imparidade”), a imparidade acumulada é afeta diretamente ao instrumento em causa, ficando o seu tratamento contabilístico similar ao previsto na IAS 39, incluindo o tratamento do respetivo juro.

A IFRS 9 foi aplicável em ou após 1 de janeiro de 2018.

Alterações à IFRS 4: Aplicação da IFRS 9 Instrumentos Financeiros com a IFRS 4: Contratos de Seguro (emitida em 12 de setembro de 2016) permite que uma seguradora, que cumpra determinados critérios especificados, adote uma exceção temporária à IFRS 9 e mantenha a aplicação da IAS 39 até 1 de janeiro de 2021.

Considerando que os critérios previstos para a exceção temporária estão cumpridos, a Companhia optou por não proceder à adoção da norma com referência a 1 de janeiro de 2018. Esta opção teve por base a alteração introduzida igualmente no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, através da Norma Regulamentar nº3/2008-R emitida pela ASF.

Não obstante, dada a natureza das atividades da Companhia, é expectável que esta norma venha a ter impactos relevantes nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

IFRS 16 - Locações

A **N Seguros, S.A.** encontra-se obrigada a aplicar a IFRS 16 - Locações, emitida pelo IASB a 13 de janeiro de 2016, para períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2019. A **N Seguros, S.A.** avaliou o impacto estimado que a aplicação inicial da IFRS 16 irá ter nas suas Demonstrações Financeiras, tal como descrito a seguir. Os impactos decorrentes da adoção da IFRS 16, a 1 de janeiro de 2019 podem alterar-se dado que a **N Seguros, S.A.** ainda não finalizou o conjunto de testes e avaliação dos controlos sobre os novos sistemas de IT; e

A IFRS 16 introduz um modelo contabilístico único para a classificação das locações na ótica do locatário. Um locatário reconhece um ativo sobre direito de uso, que representa o direito de usar o ativo subjacente, e um passivo de locação que representa a obrigação de efetuar os pagamentos de locação. Existem exceções no reconhecimento para locações de curto prazo e locações de valor reduzido. A política contabilística na ótica do locador permanece similar à preconizada na norma atual – ou seja, os locadores continuam a classificar as locações como financeiras ou operacionais.

A IFRS 16 revoga o atual *guidance* em sede de locações, incluindo a IAS 17 - Arrendamentos, a IFRIC 4 - Determinar se um Acordo contém uma Locação, a SIC 15 - Locações Operacionais — Incentivos e a SIC 27 - Avaliação da Substância de Transações que Envolvam a Forma Legal de uma Locação.

A **N Seguros, S.A.** irá reconhecer os novos ativos e passivos para as suas locações operacionais. Considerando que a Companhia apenas tem dois contratos de locação operacional em vigor referentes a viaturas, não são esperados efeitos materiais resultantes da adoção da IFRS 16 em 1 de janeiro de 2019.

IFRIC 23 – Incerteza sobre tratamento fiscal de imposto sobre rendimentos

Foi emitida em 7 de junho de 2017 uma interpretação sobre como lidar, contabilisticamente, com incertezas sobre o tratamento fiscal de impostos sobre o rendimento, especialmente quando a legislação fiscal impõe que seja feito um pagamento às Autoridades no âmbito de uma disputa fiscal e a entidade tenciona recorrer do entendimento em questão que levou a fazer tal pagamento.

A interpretação veio definir que o pagamento pode ser considerado um ativo de imposto, caso seja relativo a impostos sobre o rendimento, nos termos da IAS 12 aplicando-se o critério da probabilidade definido pela norma quanto ao desfecho favorável em favor da entidade sobre a matéria de disputa em causa. Nesse contexto a entidade pode utilizar o método do montante mais provável ou, caso a resolução possa ditar intervalos de valores em causa, utilizar o método do valor esperado. IFRIC 23 é aplicada para os exercícios que se iniciem em, ou após, 1 de janeiro de 2019 podendo ser adotada antecipadamente.

A Companhia não espera que ocorram alterações significativas na adoção da presente interpretação.

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efetivas para a Companhia

Os melhoramentos do ciclo 2015-2017, emitidos pelo IASB em 12 de dezembro de 2017 introduzem alterações, com data efetiva para períodos que se iniciem em, ou após 1 de janeiro de 2019, às normas IFRS 3 (remensuração da participação anteriormente detida como operação conjunta quando obtém controlo sobre o negócio), IFRS 11 (não remensuração da participação anteriormente detida na operação conjunta quando obtém controlo conjunto sobre o negócio), IAS 12 (contabilização de todas as consequências fiscais do pagamento de dividendos de forma consistente), IAS 23 (tratamento como empréstimos geral qualquer empréstimo originalmente efetuado para desenvolver um ativo quando este se torna apto para utilização ou venda).

Outras alterações efetuadas pelo IASB cuja entrada em vigor se espera venha a ser em, ou após 1 de janeiro de 2019:

- Interesses de longo prazo em Associadas e Empreendimentos conjuntos (Alteração à IAS 28 emitida em 12 de outubro de 2017) clarificando a interação com a aplicação do modelo de imparidade previsto na IFRS 9;
- Alterações, cortes ou liquidações do plano (alterações à IAS 19, emitidas em 7 de fevereiro de 2018) onde é clarificado que na contabilização de alterações, cortes ou liquidações de um plano de benefícios definidos a empresa deve usar pressupostos atuariais atualizados para determinar os custos dos serviços passados e o juro líquido do período. O efeito do *asset ceiling* não é tomado em consideração para o cálculo do ganho ou perda na liquidação do plano e é tratado separadamente no outro rendimento integral (OCI);
- Alterações à definição de Negócio (alteração à IFRS 3, emitida em 22 de outubro de 2018);
- Alterações à definição de Materialidade (Alterações à IAS 1 e à IAS 8, emitidas em 31 de outubro de 2018).

A Companhia não antecipa qualquer impacto relevante na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

IFRS 17 – Contratos de Seguro

O IASB emitiu em 18 de maio de 2017 uma norma que veio substituir a IFRS 4 e reformar por completo o tratamento a dar aos contratos de seguro. A norma introduz alterações significativas à forma como é mensurado e apresentado a performance dos contratos de seguro com diversos impactos também ao nível da posição financeira. A norma prevê a sua aplicação para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2021.

A Companhia está a avaliar os impactos que a presente norma irá ter nas suas demonstrações financeiras.



INVENTÁRIO DE PARTICIPAÇÕES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS								
31 de Dezembro de 2018								
N SEGUROS, S.A.								
Anexo 1								
Código	DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de Balanço	
							unitário*	Total
	2 - OUTROS							
	2.1 - Títulos nacionais							
	2.1.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.1.1.3 Unidades de participação em fundos de investimento							
	FUNDO COMPENSAÇÃO TRABALHO	2 924,76	2 924,76		1,05	3 084,18		3 084
	sub-total	2 924,76	2 924,76			3 084,18	1,05	3 084
	2.1.2 - Títulos de dívida							
	2.1.2.1 - De dívida pública							
PTOTESOE0007	PGB 4.1% 15/04/37		289 000,00	101,98		294 714,89	124,68	360 321
PTOTESOE0013	PGB 2.20% 17/10/2022 - Tx. 2.20% (1º PAG JUROS 09/09/2015)		400 000,00	101,78		407 126,36	108,24	432 976
PTOTEKOE0011	PGB 2.875% 15/10/25 - Tx. 2.88%		887 000,00	103,30		916 305,95	111,89	992 487
PTOTECOE0029	OT-4 8%-15.06.2020		90 000,00	97,33		87 593,92	99,97	89 975
XS0230315748	PARPÚBLICA 3.567 09/22/20		350 000,00	100,05		350 182,00	106,46	372 614
PTOTEQOE0015	OT 5.65 02/15/2024		900 000,00	127,49		1 147 414,30	130,19	1 171 719
PTPETUOM0018	PARPÚBLICA 3,75 07/05/2021		900 000,00	107,45		967 089,09	110,15	991 314
	sub-total		3 816 000,00			4 170 426,51		4 411 406
	2.1.2.3 - De outros emissores							
PTBENJOM0015	BANCO ESPÍRITO SANTO, SA-4.75%-15.01.2018		500 000,00	98,52		492 606,03		
PTCPEDOM0000	REFER 4.25% 12/13/2021		200 000,00	111,94		223 874,92	110,32	220 641
PTGQDAOE0001	GALPINA 1.375% 09/19/23		300 000,00	102,39		307 157,91	99,37	298 104
PTCFPBOM0001	CAMIFER 5,7% 05/03/2030		200 000,00	131,22		262 440,93	133,06	266 125
PTQO6AJM0029	AHS INVESTIMENTOS SGPS, S.A.		700 000,00	100,00		700 000,00	39,38	275 674
	sub-total		1 900 000,00			1 986 079,79		1 060 544
	total	2 924,76	5 716 000,00			6 159 590,48		5 475 034
	2.2 - Títulos estrangeiros							
	2.2.1 Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.2.1.3 Unidades de participação em fundos de investimento							
IE00BLNMPR11	MERCER LOW VOLATILITY EQUITY FUND	8 314,10			132,31	1 100 000,00	122,48	1 018 311
IE00BGY64Y71	Mercer Passive Global Equity UCITS	15 655,68			121,36	1 900 000,00	107,91	1 689 404
IE00BP3S8S98	MERCER SHORT DURATION GLOBAL BOND FUND 1	6 517,48			101,27	660 000,00	99,17	646 339
IE00BP3S8T06	MERCER SHORT DURATION GLOBAL BOND FUND 2	6 623,80			99,64	660 000,00	97,59	646 417
IE00BYNFXR72	MGI Absolute Return Fixed Income Fund	11 508,32			99,06	1 140 000,00	100,75	1 159 463
	sub-total	48 619,38				5 460 000,00		5 159 934
	2.2.2 Títulos de dívida							
	2.2.2.1 De dívida pública							
ES0000012B39	BONOS 1.4 30/04/2028		300 000,00	99,66		298 966,63	101,36	304 094
IT0005323032	BUONI BPTS 2 01/02/2028		260 000,00	97,41		253 253,49	96,55	251 030
IT0005244782	BUONI BPTS 1.2 04/01/2022		300 000,00	98,92		296 746,29	100,25	300 744
IT0005331878	CCTS Float 09/15/25		200 000,00	90,91		181 828,36	90,00	179 993
IT0005185456	CCTS Float 07/15/23		500 000,00	95,55		477 774,53	96,85	484 232
XS1637276848	CYPRUS 2.75 06/27/2024		400 000,00	107,47		429 867,05	108,25	433 008
GR0114029540	GGB 4.375 08/01/22		500 000,00	104,12		520 581,20	105,68	528 400
GR0118017657	GGB 3.375 02/15/25		500 000,00			484 075,50		497 013
	sub-total		2 960 000,00			2 943 093,05		2 978 514
	2.2.2.3 - De outros emissores							
XS0970695572	EDP FINANCE BV-4.875%-14.09.2020		700 000,00	100,25		701 771,72	101,49	710 430
XS0982774399	REN FINANCE BV-4.75%-16.10.2020		200 000,00	100,15		200 302,68	101,01	202 029
XS0972523947	CREDIT SUISSE 5.75 09/18/2025		500 000,00	111,95		559 765,93	108,54	542 712
XS111324700	EDP FINANCE BV 2.625% 01/18/2022		150 000,00	104,29		156 439,11	108,57	162 860
XS1169832810	TELECOM ITALIA 3.25% 01/16/2023		200 000,00	104,46		208 913,65	104,63	209 267
XS1222590488	EDP FINANCE BV 2% 04/22/25		300 000,00	104,65		313 938,96	103,02	309 067
XS1405784015	KRAFT HEINZ FOODS CO 2.25% 05/25/2028		300 000,00	100,67		301 997,10	99,24	297 711
XS1810653540	HEIDELBERG 1.75 24/04/2028		300 000,00	98,32		294 946,00	95,33	285 988
XS1801129286	MYLAN 2.125 05/23/2025		300 000,00	100,18		300 526,87	98,75	296 245
XS1217882171	KOMLAN 4.25 06/10/2045		300 000,00	108,92		326 750,97	105,20	315 604
XS1729879822	CASHSM 1.375% 04/02/2026		100 000,00	97,02		97 015,13	95,13	95 125
	sub-total		3 350 000,00			3 462 368		3 427 039
	total	48 619,38	6 310 000,00			11 865 461		11 568 487
	3 - TOTAL GERAL	51 544,14	12 026 000,00			18 025 052		17 040 521

* Inclui o valor dos juros decorridos

N SEGUROS, S.A. 2018
Anexo 2

(valores em euros)

Desenvolvimento da provisão para sinistros relativa a sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos (correções)				
	8 077	10 140	3 721	5 784
	2 523	8 731	-	6 208
	8 731 834	4 237 110	4 913 773	419 049
	8 395 997	4 063 233	4 790 331	457 568
	335 837	173 877	123 442	(38 518)
	612	1 898	1 626	2 913
	-	3 039	-	3 039
	-	17 126	-	17 126
	8 743 046	4 278 044	4 919 120	454 118

* Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores

**N SEGUROS, S.A. 2018****Anexo 3**

(valores em euros)

Ramos/Grupos de ramos	Montantes pagos - prestações (1)	Montantes pagos - Custos de gestão imputados (2)	Provisão para sinistros (variação) (3)	Custos com sinistros 2018 (4)=(1)+(2)+(3)
Seguro Direto				
Acidentes Pessoais	17 478	1 898	1 092	20 468
Doença	34 284	3 750	(2 523)	35 511
Automóvel	8 838 782	444 279	115 963	9 399 024
Responsabilidade Civil	8 050 545	350 100	128 048	8 528 693
Outras coberturas	788 237	94 179	(12 085)	870 331
Resp. Civil Geral	3 051	2 842	11 770	17 663
Proteção jurídica	-	11 917	-	11 917
Assistência	-	67 159	-	67 159
	8 893 595	531 845	126 301	9 551 741

**N SEGUROS, S.A. 2018**
Anexo 4

Discriminação de alguns valores por ramos	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos	Custos e gastos de exploração brutos	(valores em euros)
					Saldo de Resseguro
Seguro Directo					
Acidentes Pessoais	44 516	44 629	20 468	10 079	
Doença	87 933	88 562	35 511	19 978	
Automóvel	10 417 913	10 007 975	9 399 024	2 290 771	-171 531
Responsabilidade Civil	8 209 505	7 857 149	8 528 693	1 799 353	-171 531
Outras coberturas	2 208 408	2 150 826	870 331	491 419	
Resp. Civil Geral	66 633	59 352	17 663	13 671	
Proteção jurídica	279 435	279 401	11 917	63 676	
Assistência	1 574 827	1 529 820	67 159	349 906	-1 099 659
Total	12 471 257	12 009 739	9 551 741	2 748 081	-1 271 190

PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO



CERTIFICAÇÕES

Exercício de 2018



KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício Monumental - Av. Praia da Vitória, 71 - A, 8º
1069-006 Lisboa - Portugal
+351 210 110 000 | www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **N Seguros, S.A.** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 21.778.951 euros e um total de capital próprio de 7.936.522 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 717.393 euros), a demonstração dos resultados, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das variações do capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **N Seguros, S.A.** em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Mensuração dos instrumentos financeiros (incluindo o reconhecimento de imparidade)

Em 31 de dezembro de 2018, a carteira de ativos financeiros disponíveis para venda totaliza 16.035.004 euros, conforme nota 16 anexa às demonstrações financeiras, representando cerca de 74% do ativo.

O Risco

Os ativos disponíveis para venda são mensurados ao justo valor de acordo com a respectiva política contabilística descrita na nota 2.4 e) anexa às demonstrações financeiras. A Entidade determina que existe imparidade quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor.

O justo valor para a maioria dos ativos acima referidos que compõem a respectiva carteira de ativos é determinado diretamente com referência a um mercado oficial ativo ou através de *price providers*. Conforme nota acima referida, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

A nossa resposta ao risco identificado

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros aspetos:

- Identificação e avaliação do desenho e implementação dos principais controlos efetuados pela Entidade ao nível da mensuração da sua carteira de ativos disponíveis para venda;
- Teste à valorização da carteira de ativos disponíveis para venda, com vista a aferir da razoabilidade do justo valor reconhecido pela Entidade;
- Testes para avaliar perdas por imparidade; e,
- Revisão das divulgações efetuadas pela Entidade, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.





Provisões para sinistros

Em 31 de dezembro de 2018, a provisão para sinistros, no valor de 9.002.559 euros conforme nota 20 anexa às demonstrações financeiras, representa cerca de 65% do passivo.

O Risco

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos diretos e indiretos associados à sua regularização no final do ano. As provisões para sinistros não são descontadas.

As responsabilidades com sinistros são inerentemente incertas, envolvendo a sua estimativa um grau de julgamento significativo por parte do Conselho de Administração da Entidade, conforme notas 2.4 j) e 3 a) anexas às demonstrações financeiras.

Com base na experiência passada de regularização/liquidação de sinistros e outros pressupostos explícitos ou implícitos e através da aplicação de métodos estatísticos, a Entidade calcula a sua melhor estimativa do valor da provisão para sinistros.

A nossa resposta ao risco identificado

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros aspetos:

- Avaliação do desenho e da implementação dos principais controlos-chave da Entidade ao nível da sua política de provisionamento para sinistros;
- Testes, com vista a verificar a adequação da estimativa do valor da provisão para sinistros, os quais compreenderam, entre outros, a aplicação de técnicas atuariais reconhecidas (análises *run-off*);
- Avaliação da metodologia e pressupostos utilizados pela Entidade na estimativa do valor da respetiva provisão para sinistros;
- Avaliação do trabalho produzido e as conclusões obtidas pelo responsável da função atuarial da Entidade; e
- Revisão das divulgações efetuadas pela Entidade, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.





Recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2018, os ativos por impostos diferidos reconhecidos pela Entidade, ascendem a cerca de 869.613 euros. Conforme nota 22 anexa às demonstrações financeiras, este valor respeita fundamentalmente a prejuízos fiscais reportáveis cujo ativo por imposto diferido associado ascende a cerca de 631.919 euros.

O Risco

Os impostos diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem, de acordo com a política contabilística que se encontra detalhada na nota 2.4 m) anexa às demonstrações financeiras. Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, bem como para prejuízos fiscais registados em exercícios anteriores e que sejam ainda reportáveis, apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

Esta área envolve um grau de julgamento significativo por parte do Conselho de Administração da Entidade. Conforme referido na nota 22 a recuperabilidade dos impostos diferidos ativos depende da verificação dos pressupostos assumidos no plano de negócios aprovado pelo Conselho de Administração, sendo determinante a evolução da conjuntura económico-financeira e do mercado em geral.

A nossa resposta ao risco identificado

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros aspetos:

- Análise e confirmação da natureza das principais diferenças temporárias subjacentes ao reconhecimento dos ativos por impostos diferidos, e à recuperabilidade dos ativos reconhecidos dentro dos prazos legais definidos para o efeito;
- Análise da razoabilidade das projeções de lucros tributáveis preparadas pelo Conselho de Administração que suportam a recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos e os pressupostos subjacentes; e
- Revisão das divulgações efetuadas pela Entidade, de acordo com o normativo contabilístico aplicável.



4



Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador, estabelecidos pela ASF;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares, aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;



- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e,
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.



6



RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 25 de março de 2013 para um mandato compreendido entre 2013 e 2015. Fomos eleitos na assembleia geral de acionistas realizada em 31 de março de 2016 para um segundo mandato compreendido entre 2016 e 2018.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 26 de março de 2019.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

26 de março de 2019



KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)
representada por
Inês Maria Bastos Viegas Clare Neves (ROC n.º 967)

7



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

EXERCÍCIO DE 2018

Exmo. Senhor Acionista,

No cumprimento das competências definidas na alínea g) do n.º 1, do artigo 420.º, do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal submete à apreciação o Relatório da atividade e o Parecer sobre o Relatório e as Demonstrações Financeiras do exercício de 2018 da N Seguros, SA, elaborados pelo Conselho de Administração.

RELATÓRIO

1. Em 2018, o Conselho Fiscal acompanhou a gestão da N Seguros, SA, através dos contactos frequentes que manteve com o Conselho de Administração, da análise dos seus Relatórios Trimestrais e Semestrais, bem como do acompanhamento do processo de preparação e divulgação da informação financeira.
2. No desenvolvimento dos seus trabalhos, o Conselho Fiscal contou, sempre, em termos que aprez registar, com a colaboração do Conselho de Administração e dos Serviços da Seguradora, na disponibilização das informações que considerou necessárias para o exercício das suas funções.
3. Do exercício de 2018, destacamos como factos mais relevantes:
 - O Resultado do Exercício, o qual, apesar de negativo (717.393 euros), teve evolução favorável quando comparado com o do exercício anterior (1.656.442 euros). Para este resultado contribuiu a evolução favorável dos Prémios Brutos Emitidos, Outras Provisões Técnicas e Ganhos Líquidos de Ativos Disponíveis para Venda, com variações, relativamente ao anterior, de +357.296 euros, -949.498 euros e +401.466 euros, respetivamente. Por sua vez, os Impostos Diferidos e as Provisões para Sinistros tiveram impacto desfavorável nos resultados nos montantes de 835.051 euros e 1.165.082 euros, respetivamente;
 - No Balanço verificou-se aumento significativo do Ativo Líquido, no montante de 2.740.229 euros, o qual teve origem na realização de Prestações Acessórias sob a forma de Prestações Suplementares de Capital, no valor de 4.500.000 euros, que não se refletiram inteiramente no Ativo, porquanto a valorização da carteira de Ativos Financeiros gerou Reservas de Reavaliação negativas na importância de 981.963 euros;
 - Apesar da injeção das Prestações Suplementares de Capital referidas no ponto anterior, o impacto no Capital Próprio, que se fixou em 7.936.522 euros, foi apenas de 3.021.586 euros, tendo a diferença sido anulada pelo prejuízo verificado no exercício e reconhecimento das Reservas de Reavaliação negativas;

- Em termos de atividade, a evolução foi bastante positiva, com os Prémios Brutos Emitidos a registarem o crescimento de 5,6% e os Prémios Adquiridos a aumentarem 3,5%, ambos com origem no ramo Automóvel. Também o número de Apólices a Clientes registou aumentos consideráveis com crescimentos de 8,6% nas apólices em vigor, 14,5% nas apólices novas e 8,1% no número de clientes traduzido em mais 4.600 clientes relativamente ao ano anterior. A quota de mercado da N Seguros manteve-se inalterada com o valor de 0,27%;
4. Após o encerramento do exercício, apreciamos os documentos de prestação de contas, compreendendo o Relatório do Conselho de Administração, o Balanço, a Demonstração dos Resultados, os Fluxos de Caixa, as Variações do Capital Próprio e do Rendimento Integral do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, bem como as correspondentes Notas Explicativas.
 5. No cumprimento da exigência contida no artigo 24.º da Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro, o Conselho Fiscal recebeu, em tempo útil, da KPMG & Associados - SROC, SA, a Confirmação da Independência, comunicando ainda os serviços prestados à N Seguros. A declaração descreve também os procedimentos adotados, com vista a monitorizar, de forma permanente e rigorosa, os serviços prestados aos seus clientes, os quais contemplam a autorização do órgão de fiscalização quando se inicia a prestação de novo serviço.
 6. O Conselho Fiscal recebeu, também, da KPMG & Associados - SROC, SA, a Certificação Legal das Contas, emitida sem Ênfases nem Reservas, a qual contempla um relato desenvolvido sobre a auditoria das demonstrações financeiras, elencando as matérias relevantes da auditoria realizada. Como matérias relevantes, foi dado destaque à Mensuração dos Instrumentos Financeiros, incluindo o reconhecimento de imparidade, às Provisões para Sinistros e à Recuperabilidade dos Ativos por Impostos Diferidos, dado o grau de materialidade destas rubricas do balanço.
 7. O Conselho Fiscal recebeu, ainda, da KPMG & Associados - SROC, SA, o Relatório Adicional a que se refere o artigo 24.º da Lei n.º 148/2015, de 9 de setembro, cujas questões fundamentais decorrentes da revisão legal de contas, lhe foram apresentadas em reunião realizada nas instalações da Lusitania, a 26 de março de 2019.
 8. Em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e respetivas Notas Explicativas, da N Seguros, SA, respeitam as disposições legais e estatutárias aplicáveis, sendo adequados à compreensão da sua situação financeira, dos resultados apurados, dos fluxos de caixa, das variações dos capitais próprios e do rendimento integral do exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

PARECER

Face ao exposto, o Conselho Fiscal expressa a sua concordância com o Relatório do Conselho de Administração e Demonstrações Financeiras da N Seguros, SA, referentes a 31 de dezembro de 2018, dando parecer favorável a que sejam aprovados pela Assembleia Geral:

- a) O Relatório do Conselho de Administração e as Contas da N Seguros, SA, relativos ao exercício de 2018;
- b) A Proposta de Aplicação de Resultados, contida no Relatório de Gestão, o qual contempla um prejuízo de 717.393 euros, a transferir para Resultados Transitados;
- c) Um voto de louvor ao Conselho de Administração pela forma eficiente como exerceu as suas funções, extensivo aos Trabalhadores pelo respetivo empenhamento na atividade desenvolvida.

Lisboa, 26 de março de 2019

O Conselho Fiscal

José Augusto Perestrelo de Alarcão Troni
(Presidente)

António Pedro de Sá Alves Sameiro
(Vogal)

Armindo Marques Matias
(Vogal)



N Seguros, S.A.

Zona Industrial da Maia I - Setor IX (Norte) Rua de João Moreira da Costa Maia, 219 4470-439 Maia info@nseguros.pt www.nseguros.pt
Tel 707 50 25 25 (Dias úteis, das 08h45 às 22h00) • Fax 220 90 77 77 • Capital Social 7.500.000 Euros • P. Coletiva n.º 508 310 334 • Matriculada na C.R.C. da Maia